

# A CONSTRUÇÃO E AS ARTES AO TEMPO DE D. SESNANDO (PARTE 1)

**Paulo Almeida Fernandes**

CEAACP – UC / IEM – UNL  
pauloalmeidafernandes@gmail.com

**Manuel Luís Real**

CITCEM – UP / IEM – UNL  
manuelluisreal@gmail.com

## ABSTRACT

D. Sesnando's rule over a vast territory, between the rivers Mondego and Douro (1064-1091), entailed a rupture with the previous framework of territorial management, in which a considerable part of this land was nominally bound to Muslim authorities. After the definitive conquest of Coimbra, there was a period of intense change in the landscape and of enhancement of humanized geography, in which the *alvazil* Sesnando moved more intensely.

This article seeks to address the reality of construction and the arts during D. Sesnando's time, but it goes back to the beginning of the 11<sup>th</sup> century to highlight the great transformations that took place after 1064. Based on documental sources that mention various types of heritage, the first part of the paper offers an analysis of the territory. It also includes an introduction to the city of Coimbra, between the Muslim invasion of 711 and the eve of the 1064 conquest.

**Keywords:** Medieval territory; High Middle Ages; Mozarab; Coimbra; Sesnando.

## RESUMO

O governo de D. Sesnando sobre um vasto território, entre os rios Mondego e Douro (1064-1091), significou uma rutura em relação ao quadro de gestão territorial anterior, em que parte considerável desta imensa área esteve nominalmente vinculada a autoridades muçulmanas. Após a conquista definitiva de Coimbra, registou-se um período de intensa alteração da paisagem e de reforço da geografia humanizada na qual o *alvazil* Sesnando mais intensamente se moveu.

O presente artigo procura abordar a realidade construtiva e artística ao tempo deste governante, mas recua até aos inícios do século XI, para evidenciar as grandes transformações operadas a partir de 1064. Com base na documentação que menciona várias tipologias patrimoniais, a primeira parte do artigo é dedicada a uma análise ao território. Inclui-se, ainda, uma introdução à cidade de Coimbra, entre a invasão muçulmana de 711 e as vésperas da conquista de 1064.

**Palavras chave:** Território medieval; Alta Idade Média; Moçárabe; Coimbra; Sesnando.

A figura de D. Sesnando, senhor de Coimbra entre 1064 e 1091, continua a motivar renovadas abordagens, apesar de tanto já se ter escrito sobre a sua acção e o tempo em que viveu<sup>1</sup>. São várias as perguntas que continuam sem resposta aparentemente satisfatória: qual o seu percurso de formação entre a região de Coimbra, provável terra de origem, a corte de Sevilha, para onde terá sido levado ainda jovem em circunstâncias desconhecidas, e o seu aparecimento ao lado de Fernando Magno nas vésperas da conquista de 1064? Por que razão e por que meios se terá colocado ao serviço do rei leonês depois de uma estadia na corte sevilhana? Quais os méritos de percurso e de acção que terão convencido o rei a depositar nas suas mãos o poder alargado sobre um território imenso, em dimensão (autoridade e geografia) muito superior à que o monarca reservou para membros da sua nobreza de corte?

As incertezas são, porém, ainda mais numerosas que estas relativas à formação da personalidade e estatuto de D. Sesnando. Tem-se assumido, por exemplo, que o seu governo fomentou a afirmação da comunidade moçárabe reunida em Coimbra. Na verdade, discute-se se Sesnando terá sido um *produto* ou o promotor do mais poderoso foco de moçarabismo do Ocidente peninsular, ainda que, em boa verdade, os dados de que dispomos sejam escassos para responder a questão com tal abrangência interrogativa.

A provável origem moçárabe de Sesnando é um dado sistematicamente invocado para evidenciar a sua ligação à comunidade local: poderá ter nascido em Tentúgal, onde seus pais tinham propriedades, e era filho de Susana e de David, nomes que remetem mais facilmente para um contexto judaico (cfr. síntese de dados biográficos em Coelho, 2005: 24-25). A sua trajectória, todavia, foi a de um homem que, tendo nascido numa área teoricamente controlada pelo Islão – mas ainda fortemente cristã, como se verá – passou ao bloco islâmico meridional e, mais tarde, veio a transferir-se para território leonês, precisamente numa época em que o reino de Leão e Castela dava novos sinais de abertura à Europa continental.

Por outro lado, uma tendência historiográfica particularmente seguida assume que, após a conquista de Coimbra por al-Mansur, em 987, os poderes muçulmanos instalados na região teriam promovido uma intensa política colonizadora, atraindo contingentes populacionais do al-Andaluz. Todavia, esta opinião carece de revisão, uma vez que, do nosso ponto de vista, não se conhecem indicadores fiáveis para considerar um intenso povoamento islâmico durante a primeira metade do século XI. Jorge Alarcão (2004: 139) admitiu apenas a criação de duas aldeias na zona de Coimbra durante este período – Ourentã e Penacova – e esta última deve mesmo ter sido gerada em época anterior, de acordo com a opinião de A. de Almeida Fernandes a respeito da doação de uma aldeia com o mesmo nome em 928 (também Real, 2013-a: 220 a propósito da possibilidade de a fortificação de Penacova datar do século X). Para além disso, como se verá adiante, os dados da documentação relativos à primeira metade do século XI demonstram a existência de um território ainda profundamente cristão, dotado de mosteiros e igrejas em grande quantidade e um cenóbio particularmente activo no povoamento da zona imediatamente a Norte de Coimbra: Vacariça.

Finalmente, que factos existem para demonstrar que, uma vez no poder, Sesnando terá promovido um povoamento estritamente moçárabe? É um lugar comum historiográfico dizer-se que, à Coimbra reconquistada, teriam ocorrido homens vindos do Norte e que, para contrabalançar essa progressão, Sesnando teria respondido com a instalação de cristãos mobilizados do Sul peninsular. No entanto, à excepção do abade Pedro, estabelecido em São Martinho do Bispo por volta de 1080, nenhum outro elemento nos fala de eventuais contingentes meridionais atraídos pelo alvazil para a

---

1 O presente artigo, que vai ser desdobrado em duas partes, é uma versão alargada da comunicação que os autores apresentaram ao “Congresso Internacional Coimbra Cidade Aberta”, para celebrar os 950 anos do tempo de D. Sesnando. Este encontro científico teve lugar a 23 e 24 de Outubro de 2014, sem que as respectivas actas viessem a ser publicadas.



zona de Coimbra, nem mesmo para o território por si comandado entre os rios Mondego e Douro. Uma e outra posição são, portanto, de duvidar: não se detecta nem a imigração concertada de grupos moçárabes do Sul, nem um avanço de contingentes populacionais setentrionais (sendo flagrante, por exemplo, a ausência de interesses da nobreza leonesa sobre o território comandado por D. Sesnando, para já não falar na antiga nobreza de origem condal, contra a qual Fernando Magno lutou e se encarregou de lhe esvaziar o poder).

No momento presente, pensamos que Sesnando terá comandado um território com múltipla diferenciação populacional, constituído por grupos heterogêneos em natureza e origem. A população de Coimbra, no entanto, formaria o núcleo urbano quantitativamente mais importante – com especial expressão nos arrabaldes durante o período imediatamente anterior à reconquista de Fernando Magno –, nela se identificando uma longa presença hispânica, apelidada de *moçárabe* quando se começou a fazer sentir a pressão dos agentes da revolução romano-cluniacense (profundamente contrária à liturgia hispânica e, por isso, anti-moçárabe). Nesse sentido, Sesnando foi um dos derradeiros líderes de um mundo peninsular que, em pouco tempo, haveria de esvaír-se, como a conturbada história de Coimbra tão bem o demonstra, nas décadas seguintes ao falecimento do alvazil (cfr. síntese em Rosa, 2000: 438-440).

Menos dúvidas subsistem a respeito de um efectivo programa de organização e consolidação territorial, definido por Sesnando e seus mais directos colaboradores, e que acentuou a fragmentação e complexificação da paisagem. Esse processo ocorreu a vários níveis, sendo particularmente sintomáticas as muitas menções documentais a construções e melhoramentos. A organização militar é um dos campos onde se identificam maiores indicadores de mudança, a par das inovações na arquitectura e na escultura de finais do século XI. Por um lado, assiste-se à continuada fragmentação dos territórios em *terras*, unidades de alcance geográfico mais limitado, mas dotadas de melhor organização, à frente das quais se estabeleceu uma nobreza geralmente de condição inferior, que assim se viu catapultada para cenários de maior protagonismo. Em rigor, o processo de constituição de *terras* iniciou-se ainda na primeira metade do século XI, mas acelerou extraordinariamente no reinado de Fernando Magno. Por exemplo, só para o território de Viseu, essa fragmentação deu-se em menos de 30 anos. Por outro lado, data precisamente do tempo de D. Sesnando a constituição de uma linha defensiva em Coimbra e em torno da cidade, cujas características, exemplarmente estudadas por Mário Barroca, asseguram ao tempo do alvazil um momento de grande inovação arquitectónica e de progressiva adesão às tipologias que ficarão conhecidas por românicas.

Com efeito, os castelos do curso final do Mondego que foram objecto de intervenção, ao tempo de D. Sesnando, apresentam soluções de certa continuidade em relação às fortificações pré-românicas, mas também outras características anunciam já novos tempos e uma preocupação pelos aspectos defensivos em cenários de cerco prolongado. No primeiro caso, estão as plantas ainda orgânicas, tendencialmente adaptadas às condicionantes do terreno, os pequenos pátios interiores, onde as tropas se moviam com indistigível dificuldade e, principalmente, o carácter rudimentar de alguns aparelhos construtivos, não-isódomos, com integração de silhares irregulares, fiadas de regularização forçadas e pedra miúda que enfraquece os alçados. No segundo caso estão algumas soluções surpreendentes. Por exemplo, em Penela (localidade que D. Sesnando terá mesmo povoado, a fazer fé no seu testamento de 1087) criou-se um castelejo, cujas superfícies exteriores foram escavadas para formar ângulos verticais que impediam o acesso de tropas invasoras (Barroca, 1990-91: 108) (fig. 3). O caso mais estranho, contudo, ocorreu em Soure, cujo castelo estava em posição vulnerável, nas margens do rio e não no topo de uma elevação, como seria mais natural (Barroca, 2003: 104). Tal circunstância é ainda mais surpreendente pela estratégica localização de Soure, a sul do Mondego, numa das mais importantes vias de acesso a Coimbra e particularmente

susceptível a ataques muçulmanos. É possível que a localização da fortaleza se tenha ficado a dever à vizinhança do mosteiro de Soure, documentado desde a primeira metade do século XI<sup>2</sup>, a fazer fé no relato da ‘Vida de São Martinho de Soure’, escrita por volta de 1150 e onde se refere expressamente a relação física entre mosteiro e fortaleza: “das antigas ruínas (de Soure) nada mais (há) aqui a salientar que as paredes de uma construção de fortaleza de há muitos anos que documentos dos antigos afirmam ter sido um mosteiro de regulares” (Nascimento, 1998: 226-227). Outras características inovadoras situam-se ao nível do reforço das muralhas, através de torres semicirculares de grande relevância, como em Arouce/Lousã (as mais monumentais torres deste tempo, alicerçadas em embasamentos quadrangulares também de grande relevância, que Barroca (2003: 104-105) admitiu serem obra de pedreiros de tradição muçulmana) e, possivelmente, em Montemor-o-Velho, neste caso utilizadas para seccionar panos de muro de grande prolongamento e, por isso, segmentados para melhor defesa (Barroca, 2005: 116-117, ainda que colocando a hipótese de serem obra islâmica, da primeira metade do século XI) (fig. 4). Um outro elemento de enorme importância relaciona-se com a necessidade de resistir a guerras de cerco prolongado, razão pela qual muitos destes castelos dispõem de cisternas e, no caso de Penela, de um *habitat* rupestre certamente destinado a albergar uma guarnição militar durante algum tempo, caso único neste conjunto de fortalezas, mas sintomático da preocupação de defesa em caso de assédio.

### **EM BUSCA DAS MARCAS CONSTRUTIVAS DO TEMPO DE D. SESNANDO. UM CASO DE (EM) ESTUDO**

Este é o panorama dos castelos que foram intervencionados ao tempo de D. Sesnando, que mais directamente se relacionam com a defesa de Coimbra. Fora desta lista, há notícia de intervenções sesnandinas em outras fortalezas, mas cujos estudos arqueológicos estão mais atrasados ou só se conhecem de forma parcelar, como São Martinho de Mouros<sup>3</sup> ou Lamego<sup>4</sup>, construções problemáticas pelas mais numerosas fases de ocupação e pela inexistência de dados de caracterização seguros. Não obstante essas circunstâncias, as intervenções nestas duas fortalezas, cuja localização estratégica na fronteira setentrional do território delegado por Fernando Magno ao alvazil de Coimbra é uma evidência, prova como o governante se interessou também por reforçar tal sector dos seus domínios. É ainda possível que agentes próximos de D. Sesnando – e em nome do rei Afonso VI – tenham actuado no castelo de Numão, possivelmente situado já fora da sua área de jurisdição e onde

---

2 A primeira referência a Soure data de 1043, ano em que o “presbítero João e seus irmãos doam em testamento ao mosteiro da Vacariça, com todos os seus bens e direitos, o mosteiro de Soure, que por eles havia sido edificado” (LP 84). Este facto admite que o mosteiro tenha mesmo sido constituído anos antes, embora posterior à conquista de al-Mansur e, por isso, durante o suposto domínio islâmico do território. Não se identificam referências documentais ao castelo antes do século XII, embora os vestígios materiais ali conservados incluam elementos do tempo de D. Sesnando.

3 É possível que a construção do castelo tenha ocorrido no século X, na medida em que ele terá sido conquistado por al-Mansur (Lima, 2010-2011: 86). Ainda subsistem vestígios do castelo de São Martinho dos Mouros, valorizados por Barroca, 1990/91: 102 e 2000: 220, em concreto algumas fiadas de pedras bem aparelhadas, com recurso aos característicos cotovelos do aparelho construtivo pré-românico, e uma lógica construtiva que terá evitado a definição de panos de muralha demasiado extensos e vulneráveis. A posição estratégica deste castelo era ainda importante como ponto de controlo da passagem do Douro por Porto de Rei, em direcção a Frende (Lima, 2010-2011: 86).

4 Lamego controlava também uma das passagens do Douro, sendo aliás utilizada desde a época romana, num eixo que colocava em comunicação natural os vales dos rios Corgo e Varosa (Lima, 2010-2011: 87). O vínculo da cidade ao reino asturiano está documentado desde os finais do século IX e não restam dúvidas sobre o seu protagonismo regional durante a Idade Média. Os vestígios da época pré-românica são, porém, muito escassos, costumando invocar-se o aparelho de um embasamento na vertente Norte da fortaleza (Torres e Macias, 1998: 60), mas que importa confirmar em âmbito arqueológico, e algum material reaproveitado na fase românica (Barroca, 1990/91: 101). O castelo terá também sido conquistado por al-Mansur, que pode ter eventualmente deixado no seu comando o anterior governador cristão (Duarte, 1996: 64). As escavações realizadas no interior da fortaleza revelaram um cemitério alto-medieval (associado ao templo de São Salvador), além de várias estruturas e espólio de épocas romana e medieval. Embora esteja ainda em fase preparação, o *Relatório Final* apresenta elementos muito desenvolvidos sobre o conjunto da intervenção. Segundo Ricardo Teixeira – a quem agradecemos por nos ter facultado a consulta do respectivo *draft* – haverá vestígios de aparelho do castelo alto-medieval, na face interior do pano oeste da muralha (Arqueologia e Património, coord. de Ricardo Teixeira – *Relatório final: Intervenção arqueológica. Castelo de Lamego, 2011-2016*. Santa Cruz do Bispo: Arqueologia e Património, s.D. – em preparação).

existem vestígios de muralha que podem corresponder à segunda metade do século XI, senão até também a um período anterior (Real, 2013-b: 91). O mesmo se poderá dizer a respeito de Penedono ou Trancoso, onde também existem vestígios de reformas do período em questão (Fonseca, 2014: 84-95; Ferreira-Lobão, 2013: 763-771). A sedimentação deste território, aliás, tinha já antecedentes directos muito próximos, em concreto na série de forais passados por Fernando I – em datas desconhecidas, mas que devem situar-se pelos finais da década de 50 – a Linhares, Ansiães, São João da Pesqueira, Penela da Beira e Paredes da Beira, localidades que, como concluiu Mário Barroca, se implantavam entre dois territórios relativamente individualizados e, por isso, organizados: a *civitas* de Lamego e a série de castelos de D. Flâmula (Barroca, 2003: 33), distrito militar concebido mais de um século antes, aquando da primeira instalação de colonizadores asturianos na zona. É ainda de presumir que outras localidades próximas tenham sido objecto de outorga de foral por Fernando Magno, como se depreende de um documento de 1121, de D. Teresa, onde se refere que “deu elRey dom Fernando [foro] quando sayrão os Mouros de Sam Martinho” (DR. 57, cit. Barroca, 2003: 33).

Mas o que aconteceu com as restantes edificações que caracterizaram a paisagem do tempo de D. Sesnando? Há possibilidade de saber-se como eram as igrejas, os paços, as pontes, os moinhos daquela época, no vasto território entre os rios Douro e Mondego? Neste campo, é desolador o panorama acerca do conhecimento de vestígios deixados pelos centros de poder que agiram no interior da *pax* sesnandina, sensação agravada pelo facto de a documentação do século XI revelar um território bastante activo em termos construtivos e uma paisagem que se intui “monumentalizada” por numerosas edificações. O confronto entre os dados da documentação e a realidade remanescente, aliás, não podia ser mais oposto. À excepção dos elementos relativos à cidade de Coimbra e aos castelos que a defendiam (elencados anteriormente), apenas temos conhecimento de uma base de coluna proto-românica procedente do Mosteiro da Vacariça, resgatada por um dos signatários deste trabalho (MLR), por volta de 1980, e do qual se dá aqui primeira notícia (encontra-se hoje no Museu Nacional de Machado de Castro – fig. 7).

Não é fácil de explicar esta ausência de vestígios materiais datáveis da segunda metade do século XI, especialmente se se confrontar essa realidade com a que, durante cerca de 300 anos, foi protagonizada em idêntico território pela população moçárabe e, pouco depois, pelos colonizadores asturiano-leoneses. Para esse período mais recuado, com recurso a muito menos documentação, os vestígios materiais são, não só mais numerosos, como esclarecedores dos vínculos dessa colonização relativamente às opções construtivas e estéticas da própria monarquia. Nada disso parece verificar-se no tempo de governação de D. Sesnando, à excepção da dimensão militar da sua acção, campo onde a modernidade das soluções levou a que muitas características construtivas e planimétricas tivessem sido preservadas nas reformas românicas dos respectivos castelos. Em relação às igrejas, aos mosteiros, às moradas dos poderosos, às pontes e aos moinhos, todavia, tudo parece ter-se perdido ou a arqueologia não conseguiu ainda revelar materiais inequívocos e referenciais para este período.

Neste cenário, quais os mecanismos ao nosso alcance para tentar uma aproximação à paisagem do actual centro de Portugal naquele recuado século XI? A análise à documentação surgiu como uma estratégia óbvia, não apenas porque ela é esclarecedora acerca da dinâmica construtiva do momento, como, ao que temos conhecimento, os exames desta natureza sobre o território entre os rios Douro e Mondego têm sido parcelares ou incidido sobre realidades cronológicas mais vastas<sup>5</sup>.

---

5 Em rigor, existem já vários estudos que, de alguma forma, combinam os vários aspectos da presença humana no território entre os rios Mondego e Douro. A lista é já extensa, desde o trabalho pioneiro de Paulo Merêa e A. Amorim Girão, 1943, até recentes abordagens em dissertações de mestrado e doutoramento, bem como alguns trabalhos dos signatários para a zona de Viseu. É justo destacar, todavia, o estudo de Jorge Alarcão sobre o território de Coimbra (Alarcão, 2004), que forneceu abundante matéria para discussão e usa de uma metodologia que cruza aspectos documentais com outros arqueológicos e artísticos.

Importa dizer que os próximos parágrafos resultam de uma análise incompleta do fundo documental produzido no século XI, à nossa disposição. Não tendo sido possível, até à data, escrutinar toda a documentação publicada, as conclusões a que a seguir enunciámos devem ser consideradas provisórias, pois decorrem da análise do ‘Livro Preto’, o célebre cartulário da Sé de Coimbra, e do ‘Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis’, uma colectânea de documentos realizada na primeira metade do século XII pelos monges de Lorvão (Branco, 2008: 27-30). Nos mapas e quadros a seguir apresentados, elencam-se as unidades patrimoniais referidas na documentação do século XI. No entanto, é de presumir que parte considerável da paisagem humanizada detectável nas duas centúrias anteriores, no âmbito da expansão asturleonense entre os rios Douro e Mondego, integrasse também a geografia do tempo de D. Sesnando. A esse respeito remetemos para a dissertação de doutoramento de um dos signatários (PAF), na qual se elencam as referências documentais dos séculos IX e X (nos PMH e LP) que aludem a construções, para além dos vestígios materiais que foi ainda possível recensear, num total de 128 unidades (Fernandes, 2017: 275-280)<sup>6</sup>.

É também importante alertar para um conjunto de referências a elementos humanizados da paisagem que não constam desta análise, como as unidades de produção agrícola e/ou as herdades rurais detidas por muitos protagonistas do tempo de D. Sesnando. Limitamo-nos a extrair as referências alusivas a construções específicas (igrejas, mosteiros, torres, castelos, pontes, moinhos...) e, porque o tempo é de ambivalência entre os domínios cristão e islâmico, interessou-nos também isolar os hagiopónimos. Claro que a documentação se presta a múltiplos equívocos e frequentes dúvidas: à dificuldade em localizar presentemente alguns topónimos, junta-se a natureza sistematicamente parca das informações, a circunstância de boa parte dos diplomas ter sido produzida em contextos religiosos e há ainda que ter em consideração que muitas notícias são-nos fornecidas por diplomas posteriores, nalguns casos décadas depois dos acontecimentos e por via nem sempre directa. Finalmente, haveria ainda que recensear toda a documentação baixo-medieval sobre esta extensa área, buscando correspondências toponímicas e evoluções de micro-história que, no momento presente, nos vemos impossibilitados de fazer.

Esclarecidos o universo abrangido e o carácter provisório das conclusões, optou-se por sistematizar os dados em dois períodos. O primeiro inicia-se com o século XI e prolonga-se até 1064, data da conquista de Coimbra por Fernando Magno. O segundo inicia-se com a integração da linha do Mondego no reino de Leão e vai até final do século, abarcando assim a totalidade do governo de D. Sesnando. O respectivo consulado situa-se entre 1065 e 1091, data da sua morte (ocorrida a 25 ou 26 de Agosto do referido ano, de acordo com Coelho, 2005: 38). Incluímos testemunhos cronologicamente situados ainda cerca de uma década após o seu desaparecimento, período que corresponde a anos de relativa complexidade, pois alguns diplomas referem-se ainda a obras claramente mandadas construir no tempo de D. Sesnando, enquanto outros inserem-se já numa distinta lógica, com a criação do Condado Portucalense em 1096 e a progressão (tantas vezes conflituante) da liturgia romano-cluniacense, adoptada pelo concílio de Burgos, em 1080.

---

<sup>6</sup> O desenvolvimento de estudos a nível regional, desde que acompanhados de pesquisas sistemáticas no terreno, seja com recurso à microtoponímia, seja através da prospecção arqueológica, irá seguramente enriquecer a visão de conjunto sobre a alta Idade Média nas Beiras. A confirmá-lo, estão os resultados do recente projecto de *Estudo do Património Histórico-Arqueológico de Vouzela [2016-2019]*, dirigido por um dos signatários do presente artigo [MLR]. Além do mais, confirma a importância histórica da região de Lafões durante o mencionado período, circunstância já pressentida, aliás, pela cartografia que apresentamos para o século XI (figs 1 e 2). O referido estudo, limitado a apenas um dos municípios que integram a região de Lafões e onde somente se localizavam documentalmente 1 castelo e 3 templos anteriores ao ano 1100, acabou por identificar 2 castelos, 1 torre senhorial e 12 templos datáveis do século XI ou de data anterior (figs. 8 a 10). A estes números há ainda a acrescentar indícios de mais 9 construções religiosas, pelo menos, articulando a microtoponímia com outros vestígios arqueológicos (sepulturas antropomórficas, por ex.) e hagiopónimos bastante arcaizantes.

## PERÍODO 1: 1000-1064 (FIG.1)<sup>7</sup>

A documentação aponta para algumas conclusões aparentemente surpreendentes para um território que, supostamente, esteve sob domínio islâmico. Das 41 referências identificadas no LP, 22 aludem a igrejas, 9 a mosteiros, tendo sido ainda possível detectar 5 hagiopónimos (quadro n.º 1). Juntando a estes dados alguns já recolhidos nos DC, o número sobe para 59 referências, das quais 27 igrejas, 12 mosteiros e 10 hagiopónimos. A quantidade de menções a templos cristãos, nomeadamente a mosteiros (onde já se inclui Soure, localidade a Sul do rio Mondego e relativamente equidistante entre Coimbra e Montemor-o-Velho, e também uma referência fugaz ao mosteiro de Ossela, Oliveira de Azeméis, em 1043), é um dado que se reveste de particular importância, pois tal número não seria expectável numa região sujeita à autoridade muçulmana.

Já tivemos ocasião de questionar a real contundência do poder islâmico no espaço entre os rios Douro e Mondego durante o século XI (Fernandes 2016b). Na verdade, parecem evidentes os indícios que apontam para o reforço, pelas autoridades islâmicas, de algumas praças-fortes de inequívoco valor estratégico (sobretudo Coimbra e Viseu<sup>8</sup>), mas estas não terão tido capacidade ou a intenção de ocupar massivamente o território rural e, mesmo algumas fortalezas de evidente importância foram perdidas em datas muito precoces, como Lafões<sup>9</sup> ou Montemor-o-Velho. O que ocorreu com este último castelo é sintomático das dificuldades sentidas pelo Islão em controlar até o território mais próximo de Coimbra, na medida em que a fortaleza foi perdida pouco antes de 1019 para Mendo Luz, nobre com claros vínculos ao rei Afonso V de Leão. A fortaleza terá sido reconquistada para o lado islâmico nos anos seguintes, mas, logo na década de 30, quando o esforço conquistador da monarquia leonesa até sofreu um ligeiro abrandamento, Montemor passou para a posse de Gonçalo Trastemires, senhor da Maia, cuja filha se ligou a uma poderosa família local desde o século X – os Marnel –, estirpe que prova como, naquele meio século, a nobreza regional progrediu por território nominalmente islâmico (Mattoso, 1970, republ. 2001: 200) e um território essencial à própria defesa de Coimbra. Também na zona do rio Paiva a nobreza regional avançou bastante nesse tempo, datando da década de 30 a integração genérica deste território nas posses dos Riba Douro.

Mais para nascente, escavações em Trancoso, que dispunha de uma fortificação desde o século X, pelo menos, revelaram fragmentos de cerâmica califal que foram já interpretados como resultado da importação de produtos meridionais prestigiantes pela nobreza asturiano-leonesa ali instalada no século X (Tente, 2009: 155). As escavações no interior do perímetro muralhado, todavia, não foram ainda integralmente publicadas, pelo que há que aguardar por uma nova sistematização de dados procedentes do castelo para que possamos concluir pela presença ou ausência islâmica durante o século XI (cfr. notícia preliminar em Ferreira-Lobão, 2013: 763-771). Para os restantes castelos do

---

7 Agradecemos aos amigos António Paulo Cruz e António José Cruz o apoio dado no tratamento gráfico das imagens e na cartografia final apresentada.

8 Viseu foi uma praça-forte islâmica durante a primeira metade do século XI, ainda que os vestígios arqueológicos dessa presença sejam, até ao momento, insignificantes, nem tão pouco se esteja em condições de identificar, com toda a clareza, os pontos que foram objecto de fortificação por parte dos muçulmanos (a colina da Sé, a Cava de Viriato ou o antigo burgo da Regueira?). Que Viseu dispôs de um consolidado sistema militar não devem restar dúvidas, pois foi a tentar conquistar esse reduto que Afonso V de Leão encontrou a morte, em 1027 ou 1028 (nesta última data para Mattoso, 2001: 84). E é natural que a guarnição muçulmana na cidade tivesse continuado a desempenhar papel importante, o que terá levado Fernando Magno a tentar conquistar a urbe pelo Sul (por Seia) e só depois pelo Norte (Real, 2005: 279).

9 Sobre Lafões, tem-se salientado o facto de o cadí Abul-I-Qasim, de Sevilha, ao redor de 1026, ter conquistado o castelo dos “dois irmãos” e encontrado nesta zona uma população que falava árabe e que se reclamava descendente de um tal Yabalat al-Gassani, chefe árabe cristão do século VIII, forçado a emigrar do sul da Síria por ter sido aliado de Bizâncio. Aillet (2010: 300) admitiu que esta referência se tenha ficado a dever a um processo literário glorificador dos abáditas de Sevilha, mas o mesmo autor (2009: 85) realçou o facto de o “castro Alahoveines” estar já referido em 1019. Estes dados admitem, pelo menos, que o território estava militarizado e que a comunidade liderante regional era cristã. Em todo o caso, também a conquista do cadí sevilhano parece ter sido efémera, uma vez que a *terra* de Lafões aparece mencionada logo em 1030, sendo, até, uma das mais precoces referências documentais a esse tipo de circunscrição administrativa cristã, que tanto sucesso teria nos tempos seguintes.



distrito militar da Beira Alta documentados em 960, na célebre doação de D. Flâmula ao mosteiro de Guimarães, não existem também dados de caracterização suficientes para aquela primeira metade do século XI, embora mantenhamos em aberto a possibilidade de a cisterna do castelo de Figueira de Castelo Rodrigo poder pertencer a esta fase, assunto que não cabe discutir neste trabalho.

Existem ainda outros indicadores que sugerem uma progressão cristã nestes tempo e território. Um deles é a venda de propriedades a cristãos, pelos seus antigos donos muçulmanos, como ocorreu entre dezembro de 1016 e janeiro do ano seguinte, com a vila de Vilela. Em determinado momento, através de dois documentos da altura – um deles datado pelo calendário islâmico –, Zuleiman iben Giarah Aciki e Mahomat, filho de Abderahmen, venderam ao mosteiro de Lorvão as propriedades que aí tinham. Outra prova é a compra que os monges de Lorvão fizeram antes de 1018, ao muçulmano Oborroz, de tudo quanto ele tinha em Botão (LT, 15; DC, 240).

Todas estas razões devem ter influenciado as manchas de ocupação que aquela densidade de referências a uma paisagem plenamente cristianizada revela para o período 1000-1064.

A área onde mais igrejas aparecem (nada menos que 16) é um território de particular importância nos corredores entre o Sul e o Norte, genericamente definido entre a Mealhada e Águeda. É fácil perceber que este tipo de povoamento deve ter tido um estreito vínculo com o vizinho mosteiro da Vacariça, cenóbio de cujo fundo documental, aliás, procede grande parte dos diplomas que ajudam a caracterizar a zona. Na sua relativamente curta história, a Vacariça terá passado por vários períodos distintos, que a investigação arqueológica tarda em reconhecer. É possível que a sua fundação tenha ocorrido ainda no século X, ao tempo como apenas igreja dedicada a São Vicente (Gouveia, 2007: 110), embora essa hipótese tenha perdido terreno em alguma historiografia recente. Por volta de 1026, na mesma época que o cadí de Sevilha conquistou o castelo de Lafões, é possível que o mosteiro tenha sofrido um ataque islâmico, o que explicaria a aparente fuga de pelo menos parte da comunidade para o mosteiro de Leça (Mattoso, 1968, republ. 1982: 17), já a Norte do Douro. Desde esta data até à extinção, ocorrida em 1094 e ditada pela renovação religiosa que se seguiu à adopção da liturgia romano-cluniacense e pela necessidade de silenciar eventuais focos de identidade local nesse processo (Pradalié, 1987: 17), o mosteiro disfrutou de uma posição ímpar, ampliando o seu património fundiário e relacionando-se de perto com o próprio D. Sesnando, sobretudo na década de 80 (Coelho, 2005: 31).

A Vacariça não era, porém, o único mosteiro activo naquele território durante a primeira metade do século XI. Também foi possível identificar os mosteiros de Louredo (que terá evoluído para uma aldeia no século XII, segundo Alarcão, 2004: 60) e Trezói, instituições que nunca alcançaram o sucesso da Vacariça e que tiveram certamente existência efémera, mas que terão contribuído para sedimentar o povoamento de base cristã em torno da Serra do Buçaco. A estes exemplos há ainda que juntar o de Lorvão (fig. 5), seguramente o mais importante mosteiro da área de Coimbra até à progressão quase hegemónica da Vacariça e que, apesar de estar já fora do eixo Mealhada-Águeda, em zona montanhosa e até de difícil acesso, teve, ao longo do século XI, curiosas e sintomáticas relações com a Vacariça, não obstante uma sensação de decadência sugerida pela redução dos fundos documentais ao longo da referida centúria.

A relevância do território em redor da Vacariça explica-se de forma simples: por um lado, a macrocefalia fundiária do mosteiro; por outro, a existência da antiga estrada romana que ligava *Aeminium* a *Talabriga*, ao longo da margem direita do rio Cértima (Mantas, cit. por Alarcão, 2004: 326). Mas se a estrada romana se institui como verdadeiro eixo que estrutura o espaço, a análise dos dados documentais do século XI revela um território de ocupação dispersa, polvilhado de igrejas, sintoma claro de uma irradiação de povoamento polarizado por referentes cristãos da paisagem e, muito em particular, pelo mosteiro da Vacariça.



Analisando o mapa relativo às construções mencionadas na documentação entre 1000 e 1064, revela-se uma segunda área relevante, onde se ilustra um tipo de organização mais heterogénea e que parece ter outras características. Situa-se numa faixa relativamente litoral, entre Ovar e a foz do Douro. Tal como na zona anterior, também aqui parece ter havido a polarização proporcionada por um grande mosteiro, neste caso o de Pedroso, mas a documentação revela outro que terá sido igualmente importante: São Martinho de Anta (Espinho). Ao Sul deste território, residem duas das novidades reveladas por uma análise mais aprofundada da documentação do século XI (não incluídas no mapa da fig. 1, porque dizem respeito a um diploma dos DC): os vizinhos mosteiros de S. Julião e de Salas. A localização exacta destes cenóbios não é fácil. Todavia, julgamos poder apresentar uma achega, sobretudo para o primeiro caso. Eles aparecem nomeados num documento de 1050 (DC 378), da seguinte forma: “in porceli monestario que uocitant salla cos fuit de comidesa domna Ilduara; inter porceli et mazararia monestario de sancto iuliano”. Ora, segundo a nossa leitura, *porceli* corresponderá a Proselha, aldeia do actual concelho de Santa Maria da Feira, a Sudeste da sede de município e já próximo de São João da Madeira, em torno da qual ainda subsistem os topónimos Mosteiró e Mosteirô. Nesta última localidade, subsiste também o microtopónimo São Gião. E, mais a poente, a Rua Macieira (a Sul de Santa Maria da Feira) corresponderá à *mazararia* referida no diploma. E quanto à condessa Dona Ilduara, mencionada naquele documento, será certamente Ilduara Mendes, mulher de Nuno Alvites (falecido em 1028), documentada pelo menos até 1058 (Mattoso, 1968-69, ed. 2001: 84-85).

Neste território setentrional dos domínios de D. Sesnando, e ao contrário do que se passa no eixo Mealhada-Águeda, as igrejas são paradoxalmente menos abundantes (apenas 3 e nenhuma mencionada no LP), número reduzido que é contrabalançado pelos abundantes hagiopónimos, a que se se pode também acrescentar o topónimo Grijó (*ecclesiola*), como indicador da existência de um templo naquele local (DC, 269).

Os dados aqui apresentados pecam certamente por escassos, uma vez que, fora destas áreas, subsistem muitas mais referências a igrejas. Sirva de exemplo a igreja de São Martinho, nos subúrbios de Viseu que, a fazer fé num documento criticamente datado entre 1066 e 1091, já existiria no período “islâmico”, altura em que terá mesmo desempenhado papel relevante para a comunidade moçárabe da cidade (LP 417 e Saraiva, 2010: 13). Outro exemplo será o das “basílicas” (no plural) de Real (Castelo de Paiva), doadas em 1061 pelo presbítero Formosindo ao presbítero Sindila (Beirante, 1993: 319).

A análise ao mapa relativo ao período entre 1000 e 1064 revela mais alguns dados que merecem ser salientados. Por um lado, a escassez de referências a fortalezas. Este dado, por si só, tem um peso relativo, pois é sabido como a natureza do espólio documental é sobretudo de índole religiosa – compras, vendas e doações a instituições monacais –, o que contribui para uma secundarização de outras referências na paisagem. No *Livro Preto*, as menções a estruturas militares são tremendamente escassas, limitando-se a Penacova e uma *torre* que não conseguimos identificar, mas que pode situar-se no actual concelho de Murtosa, se a nossa interpretação estiver correcta<sup>10</sup>.

Finalmente, merece uma referência a área de Sever do Vouga, zona marginal a vários poderes regionais desde o século X e que, na centúria seguinte, parece ter visto crescer a sua vocação para albergar comunidades monacais, sendo aí mencionados os mosteiros de Sever, Rocas do Vouga e Cedrim (este último não registado no LP, mas assinalado em DC, doc. 378, de 1050, como “monasterio de Cedarim”).

---

<sup>10</sup> Um documento de 1047 refere a propriedade de “ortale de sub turre” (LP 86; também DC 360). A interpretação que fazemos desta unidade patrimonial, e a crer que se mantém válida a proposta de Ferreira de Almeida sobre o carácter militar do termo *monte*, leva-nos ao topónimo Monte, perto de Murtosa, localidade onde ainda subsistem outros microtopónimos que podem ter correspondência com referências no diploma: Rego d’Água, Rua do Agro e Caminho das Hortas. Tratam-se, em todo o caso, de topónimos relativamente frequentes, pelo que colocamos a existência desta torre em Murtosa como uma hipótese.

| n.º               | Designação                                    | Ano  | Documento     |
|-------------------|---|------|---------------|
| Igrejas           |   |      |               |
| 1                 | S. Vicente de Pereira Jusã                    | 1002 | LT, 31        |
| 2                 | São Martinho de Maçada (Gândara)              | 1002 | LT, 31        |
| 3                 | Santa Cristina de Pereira                     | 1002 | LT, 31        |
| 4                 | S. Miguel de Recardães                        | 1018 | LP, 123       |
| 5                 | S. Romão de Mamarrosa                         | 1020 | LP, 91        |
| 6                 | S. Pedro, S. Paulo e S. Tomé de Penacova      | 1036 | LP, 93 e 146  |
| 7                 | Sta. Maria de Fermentelos                     | 1047 | LP, 130 e 132 |
| 8                 | S. Martinho de Carvalhitos                    | 1047 | LP, 130 e 132 |
| 9                 | S. Martinho de Torre de Vilela? <sup>11</sup> | 1063 | LP, 13        |
| 10                | S. Lourenço do Bairro <sup>12</sup>           | 1063 | LP, 13        |
| 11                | Igreja de Vila Nova de Monsarros              | 1064 | LP, 73        |
| 12                | S. Cucufate da Moita                          | 1064 | LP, 73        |
| 13                | S. Martinho de Anadia                         | 1064 | LP, 73        |
| 14                | S. Mamede de Oliveira do Bairro?              | 1064 | LP, 73        |
| 15                | S. Pedro de Tamengos                          | 1064 | LP, 73        |
| 16                | S. Félix de Antes                             | 1064 | LP, 73        |
| 17                | S. Cristóvão de Alfora                        | 1064 | LP, 73        |
| 18                | Sta. Maria de Murtede                         | 1064 | LP, 73        |
| 19                | Sta. Eulália do Rio Cértima <sup>13</sup>     | 1064 | LP, 73        |
| 20                | S. Tomé de Luso                               | 1064 | LP, 73        |
| 21                | S. Pelágio da Várzea                          | 1064 | LP, 73        |
| 22                | S. Salvador de Coimbra                        | 1064 | LP, 73        |
| Mosteiros         |   |      |               |
| 23                | Vacariça                                      | 1002 | LP, 126       |
| 24                | Rocas de Sever do Vouga                       | 1002 | LP, 126       |
| 25                | Sto. André de Sever                           | 1005 | LP, 135       |
| 26                | S. Martinho de Anta                           | 1037 | LP, 367       |
| 27                | Soure   | 1043 | LP, 84        |
| 28                | Louredo                                       | 1064 | LP, 73        |
| 29                | Tresói  | 1064 | LP, 73        |
| Hagiotopónimos    |   |      |               |
| 30                | S. Martinho de Pessegueiro do Vouga?          | 1018 | LP, 129       |
| 31                | Sta. Cruz de Espinho                          | 1037 | LP, 367       |
| 32                | Sta. Cruz, Vale de Cambra                     | 1057 | LP, 88        |
| 33                | Sta. Cristina, Mealhada                       | 1064 | LP, 73        |
| 34                | Sta. Cristina, Mortágua                       | 1064 | LP, 73        |
| Construções civis |   |      |               |
| 35                | Ponte de Iben Zuleimen                        | 1016 | LT, 9         |
|                   | Ponte de Uiaster <sup>14</sup>                | 1016 | LT, 10        |
| 36                | Fonte de Garves <sup>15</sup>                 | 1016 | LT, 10        |

11 Atribuição com base em Alarcão, 2004: 23.

12 Admitimos tratar-se de S. Lourenço do Bairro, Anadia, embora não seja de excluir uma localização mais próxima de Torre de Vilela e Trouxemil, topónimos mencionados naquele diploma, o que admitiria a hipótese de se tratar de S. Lourenço de Sepins.

13 Admitimos que seja Sta Eulália de Águeda.

14 Ponte de Iben Zuleiman e Ponte de Viaster podem constituir a mesma unidade patrimonial em Vilela. Alarcão, 2004: 75 e 77 coloca a hipótese de Viaster (que era o nome do atual Rio dos Fornos) ter sido a denominação antiga de Vilela. Foi uma das pontes construída por mestre Zacarias na segunda metade do século X (em tempo do abade Primo, documentado entre 966 e 985). Nas imediações subsiste ainda o topónimo Vale Covo, também referido em LT, 10.

15 Alarcão, 2004: 79 identificou a Fonte de Garves nas imediações de Vilela.

| Fortalezas                            |   |      |              |
|---------------------------------------|---|------|--------------|
| 37                                    | Monte de Iben Zuleimen (Torre de Vilela)          | 1016 | LT, 9        |
| 38                                    | Monte Oleaster                                    | 1016 | LT, 9        |
| 39                                    | Penacova  | 1036 | LP, 93 e 146 |
| 40                                    | Monte <sup>16</sup>                               | 1047 | LP, 86       |
| Unidades patrimoniais não localizadas |   |      |              |
|                                       | Mosteiro de S. Pelágio <sup>17</sup>              | 1005 | LP, 135      |
|                                       | Mosteiro de S. Pedro de Montagueime <sup>18</sup> | 1064 | LP, 73       |

**Quadro n.º 1:** Legenda interpretativa da fig. 1 – Mapa do território entre os rios Douro e Mondego, assinalando-se as referências documentais relativas a construções e hagiotopónimos, segundo o *Livro Preto* e o *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Lorvão*. Período 1000-1064.

## PERÍODO 2: 1064-1100 (FIG. 2)

No final da campanha das Beiras, a conquista de Coimbra significou um marco assinalável para a história do reino de Leão. Esta celebrada conquista, que tanto contribuiu para a fama póstuma de Fernando Magno, marcou também uma mudança na estratégia da monarquia em relação ao território Sudoeste do reino: ao contrário de confiar o poder à nobreza condal (herdeira das antigas famílias liderantes asturiano-leoneses do século X), ou mesmo a uma segunda linha de nobres que haviam já dado provas na primeira metade do século XI e que, por essa altura, estava em crescimento, Fernando I entregou a condução de um imenso território a Sesnando Davidiz, homem de incerta origem e trajetória, mas que terá feito parte do conselho régio que preparou o ataque a Coimbra<sup>19</sup> e, possivelmente, a própria campanha das Beiras.

A documentação recenseada para o período do seu governo (1064-1091) é muito heterogénea e está frequentemente interpolada por alterações e acrescentos. Um dado sistematicamente valorizado pela historiografia relaciona-se com o verdadeiro hiato que existe na documentação do ‘Livro Preto’ entre 1064 e 1077. Ou seja, não chegaram documentos até hoje relativos aos primeiros 13 anos, seguramente o período de maior definição estratégica da política do alvazil. Data precisamente de 1064 um dos mais importantes diplomas da história do Ocidente peninsular no século XI: a relação de bens que o mosteiro da Vacariça detinha naquela data (ou se preparava para reivindicar junto dos novos poderes leoneses?) (LP 73). Com efeito, a lista de propriedades constante naquele diploma não pode dissociar-se da nova conjuntura que então se abria, devido à acção conquistadora que Fernando Magno empreendia por toda a Beira (Ventura e Matos, 2013: 21). Estranho é que só tenhamos novas informações a partir de finais da década de 70.

Para o período de governo sesnandino, é possível adiantar que, entre 1065 e 1091, se assiste à emergência de novas áreas de expansão ou, mais propriamente, à passagem para a autoridade

<sup>16</sup> O documento refere uma “ortale de sub turre”, que admitimos que possa corresponder a um microtopónimo que ainda subsiste na zona da Murtosa.

<sup>17</sup> O diploma é relativo à zona de Sever do Vouga, pelo que não excluimos a hipótese de se tratar do mosteiro de Rocas, documentado no LP em 1002, ano em que estava consagrado a vários santos, entre os quais S. Pelágio.

<sup>18</sup> Entre os vários mosteiros detidos pelo Mosteiro da Vacariça naquele ano de 1064, conta-se o de Montagueime, topónimo que não lográmos identificar, mas que não deveria ficar longe do território em redor da Vacariça, onde se concentrava o património fundiário detido pelo cenóbio.

<sup>19</sup> Um documento de 1086 (LP 16) refere que o monarca conquistou Coimbra “cum consilio domni Sesnandi Consul”. Trata-se, em todo o caso, de um documento falso (cf. Coelho, 2005: 35, a partir das conclusões de Pierre David e Gerárd Pradalié). Tal facto não invalida que Sesnando possa ter sido um dos conselheiros do rei para este sector do território peninsular, circunstância que, a comprovar-se, facilitará a interpretação acerca das origens e formação de Sesnando no Ocidente peninsular. Quanto à sua origem, um documento de 1087 alude ao seu pai, David, e refere que Tentúgal havia sido de seus progenitores, o que sugere que essa possa ser a localidade do seu nascimento ou que, pelo menos, os seus pais seriam oriundos da região de Coimbra. Conhece-se o nome da mãe, D. Susana, referida num documento de 1110, crendo-se pelo seu conteúdo que fosse residente em Coimbra, pois deixou uma horta à catedral conimbricense que se situava “juxta balneum ipsius civitatis” (LP 352, 382 e 455).

coimbrã, personificada por Sesnando, de territórios já anteriormente alvo de organização. É sintomático o caso de Lafões, área muito dinâmica no século X, onde se instalaram mesmo famílias dominantes de origem asturiana que, em pouco tempo, foram responsáveis por uma intensa colonização do território entre os rios Douro e Mondego e entre, pelo menos, a região de Lamego e o vale do Côa (Real, 2013-b; Fernandes, 2017). Na segunda metade do século XI, documentam-se aí 6 igrejas, 1 mosteiro, 1 moinho e 3 hagiotopónimos particularmente importantes: Santa Cruz da Trapa, sede da *terra* do mesmo nome documentada em 1087, S. Vicente e São Cristóvão de Lafões, este último mencionado em 1085 (DC 640) apenas como “sancti christofori locum” e, poucos anos depois (antes de 1137), já como local de existência do mosteiro lafonense.

O que a documentação desta época revela para Lafões constitui uma evidente prova de como o registo escrito sobre o território é redutor face a uma dinâmica construtiva que se intui ter sido bem mais vasta. Sabe-se que esta área foi bastante desenvolvida no século X e que, na centúria seguinte, ainda que tenha perdido protagonismo, continuou certamente a dispor das suas construções de referência, e de outras que, entretanto, se terão edificado. A documentação do século XI, por exemplo, não se refere à igreja de S. Martinho, das Caldas de Lafões, apesar de ela ter sido construída no início da centúria anterior (Fig. 8). O mesmo se deve dizer em relação aos testemunhos pré-românicos de Figueiredo de Donas (Vouzela), recentemente valorizados (Fig. 9 e 10) e que devem corresponder ainda ao século XI, apesar de a primeira referência à localidade datar apenas de 1139-1143 (LP 646). Parece, em todo o caso, que poderá ter havido uma parcial reconfiguração territorial no tempo de D. Sesnando, na medida em que Vouzela aparece como a mais documentada localidade da zona, com um mosteiro e uma igreja, o que sugere uma atenção estratégica por este ponto do território, aparentemente ainda mais intensa do que na centúria anterior<sup>20</sup>.

Se Lafões surge como área recentemente inserida na autoridade emanada de Coimbra, outras zonas deverão também ter sido objecto de idêntica estratégia, ainda que a documentação pouco o esclareça. Em Arouca, Sesnando instalou um triunvirato de governantes regionais e um juiz, cujos nomes são conhecidos graças a um documento de 1086 (DC 659): “egas ermigizi, odorio tellizi, gauino froilazi” e o juiz “iusto dominquizi”. Aí existia um mosteiro desde a primeira metade do século X (Coelho, 1988: 22) e uma fortificação rudimentar (Castro de Valinhas), que aparentemente não terá sobrevivido à época românica (Silva e Ribeiro, 2006-2007: 70). Foi, aliás, em Arouca que se refugiou Martim Moniz, genro de Sesnando, após os acontecimentos de 1094, que levaram ao seu afastamento do poder em Coimbra (Coelho, 2005: 24). Estes dados provam a importância estratégica de Arouca no quadro regional de governo sesnandino, mas pouco mais é o que se pode adiantar sobre a organização do território nesta época e, sobretudo, em relação às marcas monumentais que o pontuavam. O mesmo pode dizer-se em relação a Seia, localidade de inegável relevância desde, pelo menos, os tempos em que Fernando Magno empreendeu a Campanha das Beiras. O registo documental e arqueológico sobre esta localidade é desolador e não subsistem elementos sequer comparáveis a Arouca. Para além do mais, Seia localiza-se numa área particularmente periférica em relação a Coimbra. No entanto, um documento de 1089 certifica que o bispo conimbricense possuía terras na zona da Serra da Estrela, no território *de sena*, em especial a igreja de Santo Estêvão de Crestelo que, a partir daquela data, passou a integrar o património da catedral de Coimbra (LP 447).

---

20 Em 1083, David, Madredrona, Cid, Ximena e Godinho doaram ao mosteiro de Vouzela e ao presbítero Garcia várias propriedades situadas nos actuais concelhos de Vouzela e de São Pedro do Sul. No diploma mencionam-se duas igrejas em Vouzela e um mosteiro: “baselica fundata est in villa quam vocitant Vauzela; ecclesia (...) a de Avulgodi (que interpretamos como Valgode) ...; locum Sancti Salvatoris [de Vouzela]”. Por estas referências, porém, cremos que a primeira e a terceira menção se referem ao mesmo edifício do mosteiro vouzelense (LP 331). No mesmo diploma ainda se alude a 3 igrejas nas redondezas: Santa Maria de Ventosa, Santa Mari[nh]a de Arcozelo e Santiago do Mato. Pela mesma época, também São Pedro do Sul parece ter visto reforçada a sua componente monacal (“ecclesia que uocatur Sancti Petri, in terra Alaphoen” (LP 272 e 323).

A análise do mapa relativo ao período de governo de D. Sesnando revela uma segunda tendência, mais facilmente explicável: a progressiva concentração de testemunhos materiais na zona de Coimbra, processo que foi acompanhado por uma aparente complexificação de tais vestígios. As marcas físicas na própria cidade de Coimbra serão abordadas em capítulo específico deste trabalho. Em relação ao território, é possível perceber que foi neste período que se estruturou a defesa periférica da cidade do Mondego, sendo mencionadas estruturas militares em Santa Eulália (1087)<sup>21</sup>, Montemor-o-Velho (1091), Zambujeiro (1092), Antanhol (1086), Penela e Lousã (1087). Esta lista, a que se devem juntar o castelo de Soure, a própria fortificação de Coimbra ou a civitas de Condeixa e, eventualmente, outras fortalezas que já existiam desde o século X, mas a que a documentação da centúria seguinte não refere (como Penacova e Miranda do Corvo), revela um território estruturado militarmente e até hierarquizado, verificando-se uma linha interior de defesa, onde estavam sediados os agentes do poder, e um segundo nível constituído por fortaleza de dimensão e importância complementares, como Santa Eulália ou Antanhol e, eventualmente, Torre de Vilela<sup>22</sup> e Brasfemes<sup>23</sup>. Nesta segunda linha, incluímos também *Penna de Azambugero*, estrutura fortificada pertencente ao território de Montemor-o-Velho (LP 465) e que nos parece ser Zambujeiro (concelho de Montemor-o-Velho, freguesia de Arazede) e não Tavarede, como propõe Alarcão, 2004: 100. Ainda neste panorama castelar pode incluir-se o topónimo Nedrabuzad, documentado em 1085 (PMH, 645) e que em Alarcão, 2004: 28-29 e 84 se admite corresponder à aldeia de Ardezubre (a Nordeste de Tentúgal), a partir da evolução da palavra *nadr*, que “significa atalaia ou torre de vigia”.

Mas a organização militar do território incluía ainda outras estruturas, de que – com excepção da do mosteiro de Lorzão (fig. 5) – apenas se tem conhecimento através de documentos datados da última década do século XI, portanto posteriores ao falecimento de D. Sesnando. Falamos das igrejas dotadas de torres, em concreto São Martinho do Bispo, o mosteiro de São Jorge, que teve também a protecção de uma torre (torre de Caniardo, imediatamente a Sul de Coimbra, na margem esquerda do Mondego), e *São Julião da Foz do Mondego* (Figueira da Foz).

A igreja de S. Martinho do Bispo está documentada desde 1079 ou 1080 (LP 34 e 106), ano em que Ximeno Fortunes e mulher, Susana, lhe doaram em testamento um moinho em Antanhol, com a sua várzea, e outros bens. O documento fundador desta igreja (e da extensa propriedade a ela anexa) data de 1080 (LP 28). Trata-se de um diploma através do qual D. Sesnando confirmou “ao abade Pedro, regressado pouco antes de terra de pagãos, a herdade de S. Martinho do Bispo, que lhe havia doado e delimitado, para que a povoasse e valorizasse”. Enquanto a igreja de S. Martinho do Bispo aparece mencionada logo desde o início da propriedade, sendo mesmo dotada de rendas em 1087 (LP 33), a torre mandada construir expressamente para defender a comunidade de monges ali estabelecida – “fecique ibi turrin ad defensionem commoratum” – surge documentada apenas em 1094 (LP 173). Na génese desta propriedade está o abade Pedro, certamente um moçárabe atraído por Sesnando para a terra conimbricense (Coelho, 2005: 28) e, ao que a documentação deixa transparecer, personagem com ligações ao monacato moçárabe, que se encarregou de fundar e gerir uma comunidade de monges na área periurbana de Coimbra. Foi também graças à acção do abade Pedro que se construíram a igreja de São Julião da Foz do Mondego e a torre que a defendia,

21 Sobre a dificuldade em identificar a exacta localização deste castelo, veja-se Alarcão, 2004: 105-106.

22 Vilela aparece documentada em 1016, como “uilla uillella”, ano em que se documenta também as possíveis Torre e Ponte de Vilela (“montem qui uocant de iben zuleiman e ponte de iben zuleiman”) (DC 230 e LTCL 9). Em 1063 (LP 13) já se refere a igreja de São Martinho de Ponte de Vilela (“Villa ripa fluvio Viaster cum ecclesia Sancti Martini”), a crer na interpretação desta passagem por Alarcão, 2004: 23.

23 Um documento de 1165 refere a existência de torres velhas (*veteres*) em Brasfemes. Como se afirma em Alarcão, 2004: 29, não existem evidências documentais desta aldeia antes de 1102, embora se admita que o qualificativo de *velhas*, neste caso, possa dizer respeito a torres anteriores à arquitectura românica da região de Coimbra e, por isso, situáveis num lapso temporal entre os séculos X e XI.



edificações mencionadas em 1096 (LP 45), na doação testamentária que o mesmo abade fez daquelas propriedades, à Sé de Coimbra, sendo a torre descrita como “turri bona”.

Tem-se admitido que as torres defensivas das igrejas de São Martinho do Bispo e de São Julião da Figueira da Foz foram determinadas por preocupações militares. O próprio diploma onde este último templo é referido esclarece que ele havia sido destruído pelos muçulmanos – “depopulata et destructa fuit a sarracenis” – e que só graças à acção do abade Pedro se verificara a reconstrução. Esta interpretação presta-se, todavia, a dúvidas. Por um lado, são vários os casos em que a documentação revela formulários efabulatórios, destinados a glorificar a acção de D. Sesnando como chefe militar e como exímio organizador do território, por oposição ao suposto caos muçulmano<sup>24</sup>. Por outro lado, há que questionar a razão de apenas tais igrejas parecerem ter sido dotadas de torres e não outras. Em boa verdade, não se sabe se outros templos dispunham de dispositivos militares, ainda que seja provável que algumas igrejas tenham mesmo sido construídas à sombra das muralhas de algumas fortalezas, como ocorreu em Coimbra, em Montemor-o-Velho e, especialmente, em Soure, cujo mosteiro parece ter determinado a existência de uma estrutura militar anexa, a qual terá evoluído para o castelo pré-românico do tempo de D. Sesnando e, mais tarde, para o castelo românico. Estamos mais inclinados em atribuir as torres construídas pelo abade Pedro a um tipo específico de igrejas fortificadas de raiz moçárabe, ainda que não estejamos na posse de dados que o comprovem. Esta hipótese explicaria por que razão apenas as igrejas associadas ao moçárabe Pedro dispuseram de torre, enquanto todas as outras (à excepção, eventualmente, da ainda não esclarecida igreja de Torre de Vilela) não são mencionadas. Relembra-se, neste ponto, que atribuímos àquele abade o estatuto de verdadeiro moçárabe, atraído à terra coimbrã por Sesnando. Mas não se confirma semelhante origem meridional para o presbítero Rodrigo Honorigues (documentado em 1088) e para o subdiácono Lourenço (mencionado um ano antes a propósito da igreja de Cantanhede).

A complexificação militar do território comandado por D. Sesnando não é a única tendência a extrair da análise que realizámos sobre a documentação da segunda metade do século XI. Existe também uma progressiva complexificação patrimonial, assente em novas e mais diversificadas construções, que os tradicionais castelos e igrejas. Neste período, são particularmente importantes as referências a moinhos (Antanhol, Tentúgal, Santa Eulália, Várzea de Lafões, Azenha de Coimbra, vários moinhos em Anobra, entre eles o que, em 1087, era conhecido por moinho de *Johanne Crisconniz*, outros moinhos não especificados em Montemor-o-Velho e, ainda, a levada de um moinho – “rego de illo molino” – referida em 1089, que não conseguimos identificar). Outras estruturas importantes são as fontes (como a documentada em 1086 em Vila Nova de Cantanhede), possivelmente um aqueduto no território de Lafões conhecido como “fontaninum de Sancta Cruce” e ainda estruturas portuárias, como o Porto de Marrondos, na margem esquerda do Mondego, junto a Coimbra. Eventualmente, poderão ter sido construídas também pontes, na medida em que é conhecido o caso de mestre Zacarias, construtor de pontes para o mosteiro de Lorvão no século X, e é natural que a actividade edilícia tenha continuado na centúria seguinte. Um caso notável é a menção tardia (1156) a uma sinagoga em S. Martinho do Bispo, facto que levou Alarcão, 2004: 119 a admitir que, mais de meio século antes, com o abade Pedro tivesse vindo um grupo de judeus, perspectiva que, para já, não passa de hipótese.

Nesta tendência patrimonial mais complexa, o Baixo Mondego assume natural protagonismo. Igrejas na Figueira da Foz, Santa Eulália, Cantanhede e Vila Nova de Cantanhede, S. Miguel, Santa Maria e

---

24 Os documentos relativos à acção de Sesnando para a “restauração” de Coimbra e de Montemor-o-Velho são sintomáticos quanto ao exagero literário da sua acção. Para Coimbra, um documento de 1087 (LP 578) coloca na própria boca do alvazil as seguintes palavras: “a dita cidade com os seus termos e todas as coisas necessárias restaurei e todas as suas fortificações firmemente armei, por completo e não apenas em algumas partes e cuidei de trazer o povo dos cristãos para a habitar”. Sobre Montemor-o-Velho, as obras sesnandinas na fortaleza foram justificadas como uma real refundação, na medida em que, durante o governo islâmico da região, o castelo havia-se tornado um “cubile ferarum et silva ingens” (LP 49). A lista é mais vasta.



Santa Eufémia em Montemor-o-Velho, um templo possivelmente em Ereira e toda a dinâmica construtiva em Coimbra, revelam um panorama aparentemente novo, que não tem correspondência com as menções documentais para a primeira metade do século, tempo em que este território parece ter desempenhado papel quase exclusivamente militar. As razões para esta progressão são conhecidas e enquadram-se no estatuto liderante de Coimbra na política de D. Sesnando. Neste contexto, o Baixo Mondego está umbilicalmente ligado à cidade e ao tráfego fluvial, mas é, também, o território por excelência do alvazil, onde ele mais se terá movimentado, onde terá mesmo nascido, e onde ainda hoje se identificam importantes elementos da arte do seu tempo, como se verá a respeito dos vestígios de Montemor-o-Velho.

Uma derradeira tendência verificável nesta segunda metade do século XI é a progressiva relevância da hagiotoponímia, indicador de um território fortemente cristianizado, seguramente dotado de maior número de igrejas que as que a documentação revela. Os onze hagiotopónimos identificados concentram-se em três áreas geográficas preferenciais: Coimbra, Lafões e o já nosso conhecido eixo Ovar-Foz do Douro. Sintomaticamente, não aparece a área de pretensão maior fulgor no período antecedente, o eixo Mealhada-Águeda, circunstância que, do nosso ponto de vista, se fica mais a dever à natureza do registo documental da segunda metade do século XI – reconhecidamente mais vinculado à figura de D. Sesnando e à Sé de Coimbra, e não tanto ao mosteiro da Vacariça – que a uma eventual perda de protagonismo daquela área geográfica, terra de aparente interesse por parte dos antigos senhores de Marnel e estrategicamente colocada numa zona interior dos domínios sesnandinos, resguardada pela linha defensiva formada pelos castelos do Mondego.

Da imensa dinâmica que a documentação do *Livro Preto* deixa antever, os vestígios materiais são, infelizmente, pouco menos que desoladores. À excepção do que se conhece para a cidade de Coimbra e para Montemor-o-Velho, realidades artísticas analisadas no ponto seguinte, os restantes testemunhos são pouco significativos. Na fase mais antiga do castelo de Soure, a muralha integra um conjunto de ajimezes que se podem atribuir ao tempo de D. Sesnando (fig. 12). Barroca (1996/97: 183) referiu-se ainda a 5 ajimezes, um dos quais já desaparecido. A opção por janelas duplas não é de estranhar no século XI e explica-se pelo grande sucesso que este tipo de vãos teve nos ciclos artísticos imediatamente anteriores, em particular desde finais do século IX, nas Astúrias e em Leão. Mas ao contrário do que normalmente aconteceu naqueles territórios, em que as molduras dos ajimezes aparecem frequentemente decoradas com séries encordoadas que acompanham as curvaturas e os ângulos, em Soure registou-se uma decoração geométrica à base de pontas de diamante no intradorso dos arquinhos e uma dupla incisão a acompanhar a curvatura do arco em ferradura. É admissível que esta simplicidade decorativa fosse atenuada por um mais conseguido tratamento do mainel, hipótese impossível de confirmar pela deterioração que este elemento hoje apresenta. A presença destes ajimezes na face voltada à igreja (presumível mosteiro documentado em 1043), o facto de este tipo de vãos não aparecer em outras obras militares de patrocínio sesnandino, a posição débil da fortaleza de Soure, junto ao rio e sem a defensabilidade própria de uma fortificação de altitude, e o facto de o castelo só estar documentado no século XII (cf. nota 3), são indicadores suficientes para que questionemos a real funcionalidade do edifício construído em época sesnandina, se já um castelo ou, como parece também provável, se um edifício apalaçado eventualmente dotado de torre ou outro sistema defensivo que não chegou íntegro até nós.

O segundo vestígio é a já referida base de coluna do mosteiro da Vacariça (fig. 7), cuja integração no presente trabalho se justifica sobretudo pelo seu ineditismo, uma vez que, até há pouco tempo, não se conhecia qualquer elemento material do mais importante mosteiro conimbricense do século XI. A base não se diferencia especialmente de idênticos suportes do claustro de São João de Almedina (fig. 6), o que assegura à arte produzida ao tempo de D. Sesnando um grau de evolução ainda incipiente, pelo menos no que ao território diz respeito, e com base nos vestígios conhecidos.

| n.º               | Designação                                   | Ano         | Documento     |
|-------------------|--|-------------|---------------|
| Igrejas           |  |             |               |
| 1                 | Sta. Maria de Coimbra (catedral)             | 1077        | LP, 424       |
| 2                 | S. Martinho do Bispo                         | 1079 (?)    | LP, 106       |
| 3                 | S. Martinho de Monsarros                     | 1082        | LP, 53        |
| 4                 | Vouzela <sup>25</sup>                        | 1083        | LP, 331       |
| 5                 | Valgode (Vouzela)                            | 1083        | LP, 331       |
| 6                 | Sta. Maria de Ventosa                        | 1083        | LP, 331       |
| 7                 | Sta. Mari[nh]a de Arcozelo                   | 1083        | LP, 331       |
| 8                 | Santiago do Mato                             | 1083        | LP, 331       |
| 9                 | S. João de Coimbra                           | 1083        | LP, 456       |
| 10                | Vila Nova de Cantanhede                      | 1086        | LP, 87        |
| 11                | S. Miguel de Recardães                       | 1087-1091   | LP, 119       |
| 12                | S. Miguel de Mirleus                         | 1087        | LP, 19 e 78   |
| 13                | Cantanhede                                   | 1087        | LP, 578       |
| 14                | Sta. Eufémia de Penela?                      | 1088        | LP, 21        |
| 15                | S. Pelágio de Insula (Trémoa?)               | 1088        | LP, 398       |
| 16                | Ermida de S. Cristóvão de Ribas Altas        | 1088 e 1095 | LP, 307 e 302 |
| 17                | Sto. Estêvão de Crestelo, Seia <sup>26</sup> | 1089        | LP, 447       |
| 18                | S. Pedro do Sul <sup>27</sup>                | 1092-1098   | LP, 272       |
| 19                | Sta. Eufémia de Montemor-o-Velho             | 1092        | LP, 550       |
| 20                | S. Pedro de Coimbra                          | 1092        | LT, 20        |
| 21                | S. João-de-Ver                               | 1093        | LP, 288       |
| 22                | Sta. Maria de Montemor-o-Velho               | 1095        | LP, 49        |
| 23                | Sta. Eufémia de Arriel <sup>28</sup>         | 1092        | LP, 341       |
| 24                | S. Martinho de Palheiros, Penacova           | 1095        | LP, 174       |
| 25                | S. Julião da Figueira da Foz                 | 1096        | LP, 45        |
| 26                | S. Pedro de Castelões                        | 1097        | LP, 562       |
| 27                | Sta. Justa, Coimbra                          | 1098        | LP, 427       |
| 28                | Sta. Eulália, Penacova                       | 1098        | LP, 396       |
| 29                | Sta. Eulália de Rio Mau <sup>29</sup>        | 1098        | LT, 65        |
| 30                | S. Miguel de Montemor-o-Velho                | 1099        | LP, 108       |
| 31                | S. Pelágio e Sto. Emiliano                   | 1099        | LP, 47        |
| 32                | S. Martinho de Viseu                         | 1066-1091   | LP, 417       |
| Mosteiro          |  |             |               |
| 33                | Vacariça                                     | 1082        | LP, 53        |
| 34                | Vouzela                                      | 1083        | LP, 331       |
| 35                | Lorvão                                       | 1087-1091   | LP, 119       |
| 36                | Tresói, Mortágua                             | 1098        | LP, 77        |
| Construções civis |  |             |               |
| 37                | Moinho de Antanol                            | 1079?       | LP, 106       |
| 38                | Porto de Marrondos                           | 1083        | LP, 35        |
| 39                | Fonte de Vila Nova?                          | 1086        | LP, 87        |

25 Admitimos que possa ser o Mosteiro de Vouzela, também referido no mesmo diploma (cf. n.º 32 deste quadro n.º 2). O mesmo documento inclui mais quatro igrejas, a seguir mencionadas no quadro. Contudo, merece correcção a referência a Santa Maria de Arcozelo, “cognomento Palacio”, que no pergaminho original no Arquivo Distrital de Viseu, aparece dedicada a Santa Marinha, indubitavelmente Santa Marinha de Paços, em Vilharigues, e não a igreja de Arcozelo, em S. Pedro do Sul, como usualmente é interpretada. Agradecemos ao Dr. Daniel de Melo Branco esta correcção.

26 Agradecemos a Jorge de Alarcão a referência à provável localização deste templo.

27 Admitimos que possa ser o mesmo que S. Pedro de Lafões (1092-1098) (LP, 323) e que o templo tenha evoluído para mosteiro (como é mencionado em 1094, em DR, 95).

28 Admitimos que possa ser Ereira, tendo em consideração as objecções que Alarcão, 2004 teceu em relação à evolução de Arriel para Areal.

29 Admitimos que possa tratar-se de uma igreja nas imediações de Nossa Senhora do Castro (Lobão da Beira, concelho de Tondela), sobranceira ao Rio Asnes, referido no documento. Nas Inquirições de 1258, já esta invocação não vem referida, mencionando-se a *ecclesia de Lobon* (IS 818 e 819).

|   |   |           |             |
|---|---|-----------|-------------|
| 40  | Moinhos de Anobra <sup>30</sup>                                 | 1086      | LP, 170     |
| 41  | Azenha de Coimbra   | 1087      | LP, 19 e 78 |
| 42  | Moinho da Várzea de Lafões                                      | 1092-1098 | LP, 323     |
| Hagiotopónimos  |   |           |             |
| 43  | Sta. Cruz da Trapa  | 1087      | LP, 333     |
| 44  | S. Martinho de Tavadre  | 1092      | LP, 465     |
| 45  | S. Vicente de Lafões  | 1092      | LP, 460     |
| 46  | S. Cristóvão, Lafões  | 1092-1098 | LP, 272     |
| 47  | Casal de Sta. Comba   | 1094      | LP, 175     |
| 48  | S. Romão  | 1095      | LP, 133     |
| 49  | S. Miguel-o-Anjo  | 1097      | LP, 50      |
| 50  | S. Miguel de Cortegaça  | 1097      | LP, 429     |
| Fortalezas (excluem-se referências à cidade de Coimbra) |   |           |             |
| 51  | Civitas de Condeixa   | 1086      | LP, 170     |
| 52  | Castro de Antanol   | 1086      | LP, 170     |
| 53  | Castelo de Sta. Eulália   | 1087      | LP, 19 e 78 |
| 54  | Castelo de Arouce   | 1087      | LP, 19 e 78 |
| 55  | Castelo de Penela   | 1087      | LP, 19 e 78 |
| 56  | Montemor-o-Velho  | 1091      | LP, 334     |
| 57  | Pena de Zambujeiro, Montemor-o-Velho                            | 1092      | LP, 465     |
| 58  | Torre de S. Martinho do Bispo                                   | 1094      | LP, 173     |
| 59  | Torre de S. Julião  | 1096      | LP, 45      |
| 60  | Castro de Pedroso   | 1097      | LP, 293     |
| Unidades patrimoniais não localizadas                   |   |           |             |
|   | S. Salvador de Brainella  | 1092      | LP, 85      |
|   | Porto de Alkigib <sup>31</sup>                                  | 1082      | LP, 399     |
|   | Porto de Areias <sup>32</sup>                                   | 1087      | LP, 33      |
|   | Forno de Guiario <sup>33</sup>                                  | 1090      | LP, 255     |
|   | Porto Manso, Lafões   | 1092-1098 | LP, 272     |
|   | Moinho da Mata  | 1092      | LP, 341     |
|   | Aqueduto da Serra, junto à igreja de S. Cristóvão <sup>34</sup> | 1095      | LP, 302     |
|   | Fonte / curso de Forno de Tegula, Penacova?                     | 1095      | LP, 174     |
|   | Sto. Justo  | 1080      | LP, 389     |
|   | S. Veríssimo <sup>35</sup>                                      | 1096      | LP, 45      |
|   | S. Jorge <sup>36</sup>  | 1097      | LP, 290     |
|   | S. Miguel   | 1097      | LP, 293     |
|   | S. Pelágio  | 1099-1108 | LP, 338     |
|   | S. Martinho   | 1099-1108 | LP, 338     |
|   | Sta. Eugénia  | 1099-1108 | LP, 338     |
|   | S. Miguel   | 1099-1108 | LP, 338     |
|   | Castro de Laurelle <sup>37</sup>                                | 1099      | LP, 47      |

**Quadro n.º 2:** Legenda interpretativa da fig. 2 – Mapa do território entre os rios Douro e Mondego, assinalando-se as referências documentais relativas a construções e hagiotopónimos, segundo o *Livro Preto* e o *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Lorvão*. Período 1065-1100.

<sup>30</sup> São referidos moinhos, no plural, grupo de que certamente fazia parte o moinho de Johanne Crisconniz, mencionado em 1087 (LP, 256).

<sup>31</sup> Localizava-se certamente perto de Misarela e Palheiros, actual concelho de Coimbra.

<sup>32</sup> Pelo teor do documento, situar-se-ia na margem esquerda do Mondego, a jusante da ponte, e confinante, ou próximo, das propriedades do abade Pedro de S. Martinho do Bispo.

<sup>33</sup> Pelo teor do documento, situar-se-ia entre Penacova e Vacariça.

<sup>34</sup> Seria um aqueduto que abastecia a igreja de S. Cristóvão de Ribas Altas, em Ílhavo.

<sup>35</sup> Na zona da Figueira da Foz. A confirmar-se que se trata de uma igreja, deverá integrar o rol de templos dedicados aos mártires olissiponenses, cuja sistematização nos condados de Portucale e de Coimbra foi efectuada por Gouveia, 2007: 388-389.

<sup>36</sup> S. Jorge de Caldelas, zona termal de Santa Maria da Feira.

<sup>37</sup> Admitimos que seja o mesmo que castelo de Santa Eulália? No doc. 48 LP (1099) refere-se que o *Castro Laurele* é “prope civitas Sancte Eolalie”.

## COIMBRA, A CIDADE QUE D. SESNANDO VEIO ENCONTRAR

Não é um exercício fácil reconstituir Coimbra no momento em que se deu a conquista de Fernando Magno (1064). Enquanto para o século XII a cidade está ainda recheada de vestígios materiais, relativamente bem documentados, para a época precedente ela encerra grandes enigmas. E apesar do *corpus* documental de Coimbra até se distinguir por uma densidade invulgar de actos escritos anteriores a 1100, quando comparado com outras regiões, o certo é que nos deparamos aí com enormes dúvidas, face à escassez dos vestígios arqueológicos e artísticos.

Não nos deteremos sobre a urbanização antiga, onde algo de muito significativo já se avançou, graças ao estudo sistemático de Jorge Alarcão (Alarcão, 2008) e de outros investigadores que, sob diversos ângulos, têm glosado o mesmo tema<sup>38</sup>. O nosso objectivo incidirá em grande medida no âmbito arquitectura religiosa, a qual, a par dos vestígios do antigo sistema defensivo (fig. 11), é o indicador mais seguro para reconstituir algumas das principais tendências de desenvolvimento da cidade. Mesmo assim, encontramos-nos limitados, pois, no plano material, restam apenas elementos muito fragmentários e geralmente fora de contexto. Como bem salientaram Helena Catarino e Sónia Filipe, “o registo arqueológico continua a ser pobre, uma vez que não houve, até à data, um programa de investigação que tivesse por base a análise estratigráfica referente ao período em questão” (Catarino e Filipe, 2006: 73). Foram oportunidades perdidas as primeiras intervenções de restauro e as da própria Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, particularmente no Museu Machado de Castro e na Sé Velha, pela relevância que estes lugares tiveram durante a alta Idade Média. É também de lamentar que haja pouca informação sobre as escavações realizadas nos finais dos anos 70, no chamado jardim da capela da Universidade, junto à alcáçova (Pinto, 1993), a qual parece ter revelado uma rica sequência arquitectónica, susceptível de fornecer novos contributos para o período sesnandino, em área que tem sido interpretada como fazendo parte do *albacar* da fortaleza do século XI.

Deixaremos de lado a época de domínio suevo-visigodo, por ser demasiado obscura, apesar da existência de uma sede episcopal, cuja dependência eclesiástica terá oscilado, nesse período, entre Braga e Mérida. Começamos, no entanto, por referir um conjunto de peças de escultura ornamental, as quais, com frequência, têm sido atribuídas à época visigoda. É possível que, uma ou outra, possa ser mais antiga, inclusive fazendo parte de adaptações realizadas em edifícios romanos, para fins de uso cristão. Contudo, o estado dos conhecimentos sobre a antiguidade tardia e a ocupação bárbara da região não nos permite ainda, em nossa opinião, identificar com segurança peças de Coimbra datáveis entre os séculos V e VII. Acreditamos que possam constituir raras excepções os restos de uma grande pilastra e de um fragmento de ara (ou pé de altar), em calcário, reaproveitados na igreja de S. Frutuoso de Montélios (Real, 2007: 156-162). A análise petrográfica das peças calcárias importadas para o pequeno templo dos arredores de Braga aponta para as pedreiras da região de Ançã (Castro, 1965). Estaremos perante uma matéria-prima resultante do espólio de antigos edifícios em ruína, decerto transferidos para *Bracara* após a presúria de *Conimbria*, em 878. Admitimos que possa ser também anterior à conquista árabe a peça encontrada dentro do cubelo norte, na entrada do alcácer. Apesar de estarmos perante um elemento de grelha com perfurações muito abertas, revelando uma certa ousadia, o modelado dos elementos decorativos é ainda bastante inseguro. Além do mais, trata-se de uma pedra aproveitada para a construção da praça-forte islâmica (Pimentel, 2005: 143-144 e 191). Já a mesma antiguidade não podemos assegurar quanto ao segmento de friso incorporado na fachada norte do Paço das Escolas (*idem*: 123 e 192), pois dei-

---

38 Salientaremos os nomes de António Pimentel, Leontina Ventura, Vasco Mantas ou Walter Rossa e, em época mais recuada, os de António de Vasconcelos, A. Nogueira Gonçalves e Vergílio Correia.

xa-nos algumas dúvidas o tipo de folíolo que sai para o exterior das rosetas, preenchendo o espaço entre os motivos circulares e a orla do friso (fig. 14). Parece ser obra de cronologia mais avançada. É uma hesitação que não descarta a hipótese de um reaproveitamento islâmico tardio, o que, a ser verdade, apontaria para esta peça uma cronologia anterior à época de Sesnando.

A grande maioria da escultura decorativa encontrada na cidade de Coimbra e em outros lugares da diocese, que tem sido atribuída à época de domínio godo, em nosso entender é já posterior à conquista árabe da Península. As peças deste grupo conservam um certo cunho plástico tradicional, o que explica a confusão. Por outro lado, elas não serão cronologicamente muito distantes da queda do reino visigodo. Mas há a considerar nelas um léxico decorativo inovador, para o qual apenas encontramos paralelos, rigorosamente datados, entre os séculos VIII e X. Referimo-nos a três motivos, em particular, que fazem parte do respectivo sistema decorativo: o pâmpano com cachos de uva limitados por uma orla rígida; a cruz decorada no interior com pequenas pérolas, semelhantes às dos cachos, cujos braços são rematados por um par de aletas terminais, em forma de reduzida crossa ou espiral; finalmente, o pavão, se bem que a sua presença esteja escassamente representada nos fragmentos que chegaram até nós. Deve sublinhar-se que todos estes temas tiveram sucesso desde a arte cristã primitiva, mas aqui constituem uma trilogia articulada e indissociável, além de que, cada um por si, adquire uma expressão formal que se distancia de modelos anteriores. A *tipologia da cruz* (fig. 17) é muito singular e aponta para o mundo romano-carolíngio. O elemento mais diferenciador é o par de aletas espiraladas nos extremos, que percorre grande parte da escultura alto-mediévia na orla setentrional do Mediterrâneo. Normalmente, os braços da cruz são aí lisos, de linhas paralelas e esguios. No entanto, o invulgar tipo de cruz “coimbrã”, decorada de pérolas e com os braços a alargar para os extremos, inclusive com os pequenos remates em forma de crossa, repete-se na Gália narbonense e ao lado de motivos decorativos de inspiração italo-lombarda. Referimo-nos muito especialmente ao pé de altar de Rennes-le-Chateau. Quanto aos *cachos de uva* (fig. 16 e 17), talvez o motivo de maior sucesso em Coimbra, a sua área de implantação estende-se pela margem norte do Mediterrâneo, desde a Hispânia à Croácia. A orla rígida que cinge os bagos de uva, tratados como se fossem pérolas de um cabuchão, constitui o elemento identitário mais chamativo no seio desta corrente artística, pois na região de Coimbra ele prolifera abundantemente. O seu foco de origem será a Península Itálica, onde existem exemplares bem datados, como o cibório de Santo Eleucádio in Classe, em Ravena. Este encontra-se hoje reconstituído na basílica de Santo Apolinário e remonta a 806-810 d.C., com base na respectiva legenda epigráfica (fig. 15). Também na Península Ibérica existe um exemplar cuja cronologia se situa, com relativa segurança, na segunda metade do século VIII, de acordo com as escavações de Luís Caballero em Santa María de Melque<sup>39</sup>. O terceiro motivo é o dos *pavões afrontados*, tema oriundo da iconografia paleocristã e que se expandiu durante a alta Idade Média, onde aparecem exemplares de cauda oblonga e estilizada. Esta última mostra, frequentemente, estrias em espinha e costuma apresentar-se na vertical, como que insinuando uma postura empoleirada da ave. Em Portugal, são ainda raros os vestígios de pavões, mas existiram em Conimbriga, como o demonstram fragmentos da cauda (Real, 2014: figs. 3 a 6).

---

39 Outros exemplos se podem acrescentar, provenientes de edifícios aparentemente bem datados, a saber: Santa Prassede de Roma (772-795), San Salvatore de Torino (818-827), terracota de San Salvatore de Brescia (735-810). Embora sem dados de cronologia absoluta, merecem citar-se outras peças reportadas ao séc. VIII, em Pavia e Cividale, enquanto que para a centúria seguinte podem mencionar-se exemplares de Aquileia, Leprignano, Napoli ou Roma. Os cachos perlados, com orla lisa, continuam a ser usados no séc. X, como o provam esculturas de Cefalú, Donori e outras localidades já referidas. Na outra margem do Adriático, correspondendo à actual Croácia, as datações aproximam-se das da Itália papal. Cfr. o mapa publicado em REAL, 2014, fig. 6, onde são localizados os principais exemplos que identificamos em Itália e na costa da Croácia. Nesta última região, há igualmente notícia de missões católicas patrocinadas pelo papado, no tempo de Adriano II (867-872), como forma de contrariar a influência bizantina. Não é também por acaso que estes cachos de orla rígida aparecem, pelo menos uma vez, no sul de Inglaterra, numa zona já anteriormente aberta a ligações com a cúria romana.



É de sublinhar que a distribuição destes motivos denuncia a área de influência directa do bispado de Coimbra durante o período em questão, a qual, no plano artístico, se estende primordialmente para sul, entre o baixo Mondego e a bacia inferior do Zêzere. Situada na margem do mais importante afluente deste rio, a cidade de Tomar constitui, até ao momento, o limite meridional do grupo artístico coimbrão. Curiosamente, a sua expansão parece coincidir, em grande medida, com o território nuclear da resistência ao emir de Córdoba, entre 876 e 884, por parte de Ibn Marwan e do seu aliado al-Surumbaqui. Seguindo de perto a sugestiva hipótese recentemente formulada por Jorge Alarcão (Alarcão, 2013), achamos até possível que as manobras destes dois caudilhos estejam por trás da presúria de Coimbra, a cargo de Hermenegildo Guterres. Tendo em conta o que acima referimos, acerca da sobrevivência de uma activa comunidade moçárabe durante o século VIII e IX, é perfeitamente compreensível que os dois caudilhos tenham procurado apoios nesta região, apoios estes que decorriam de uma momentânea conformidade de interesses e que terão, acaso, proporcionado uma contrapartida na facilitação da presúria coimbrã, às ordens de Afonso Magno. Se é certo que uma e outra pesquisa se completam entre si, a novidade mais interessante, em nosso entender, é a revelação de que os cristãos de Coimbra ainda pouco evidenciariam nesta época a aculturação árabe, mostrando, ao invés, conhecimento do que se passava no seio da Igreja romana e adoptando modelos daí importados. É distorcida a ideia de que os moçárabes permaneciam em completo isolamento. No caso concreto, atribuímos a influência romano-carolíngia às consequências decorrentes da querela adopcionista, nomeadamente à iniciativa papal de missionação do al-Andalus, às embaixadas entre os reinos cristãos da Península e as cortes carolíngia e romana e, ainda, à troca de correspondência destas com os moçárabes hispânicos (Real, 2014: 292-296). Uma prova do desencadeamento deste processo e dos reflexos da sua expansão peninsular, na época em questão, encontra-se no mapeamento dos locais de maior incidência dos aludidos cachos de uva com orla rígida. Na Península Ibérica estes quase se limitam a escassos exemplos no al-Andalus, se bem que coincidindo com locais onde se concentravam importantes comunidades moçárabes (Toledo, Córdoba, Mérida, Sevilha, Badajoz, etc.). Em contrapartida, aparecem com superior densidade em conjuntos mais significativos, nas Astúrias, em León e na marca inferior do Gharb, sensivelmente entre Lorbão e Tomar. A diocese de Coimbra, pela notável densidade de exemplos, é um caso excepcional em contextos moçárabes, por ser tão precoce e desenvolvida, com a particularidade de se encontrar ainda imune da influência omíada.

A circunstância de, em Coimbra, ter existido um movimento construtivo tão intenso no século VIII e princípios do IX, deve ser a razão por que, praticamente, não encontramos na cidade testemunhos influenciados pela arquitectura e plástica asturianas, ao contrário do que se passa na Beira interior e no Entre-Douro-e-Minho. Temos vindo progressivamente a consolidar a ideia de alguma fragilidade inicial por parte do núcleo de presores que se radicaram em Coimbra após a reconquista e que, mesmo o mosteiro de Lorbão, de princípio, terá servido de fronteira à zona controlada pelas elites do interior e um instrumento ao serviço de senhores cujos interesses incidiam preferencialmente no curso médio do Mondego e, mais a norte, na zona de Lafões. A linhagem de Hermenegildo Guterres, relativamente isolada do solar galego de origem, tinha de fazer face à expansão em curso do clã lafonense e encontrava-se perante uma comunidade moçárabe que, ainda durante o período de dominação islâmica, se afirmara pelo seu dinamismo, originalidade e abertura ao mundo exterior. E o que melhor explica essa estranha ausência de influências astur-leonesas, no plano artístico, terá sido precisamente a relativa densidade de igrejas usadas pela comunidade local, de construção ou renovação recente, e que os presores vieram a encontrar. Edificados na centúria que precedeu a ocupação asturiana de 878 d.C. e liturgicamente conformes ao rito hispânico, tais templos libertavam os novos senhores de investimentos avultados para dinamizar o culto cristão. É esta a explicação que encontramos para um dos enigmas mais desafiantes da Coimbra reconquistada.



Antes de avançarmos para uma análise mais circunstanciada dos templos de que possuímos notícia para a alta Idade Média, importa deixar uma breve nota sobre a cidade durante este mesmo período. No dizer de al-Idrisî, que escreveu por meados do século XII, *Madîna Qulumriya* era “uma cidade pequena, com vida urbana, e populosa”. Ficava situada numa colina sobranceira ao rio Mondego, “tendo uma muralha inexpugnável, e três portas” (Rei, 2012: 131 e 135). Esta informação foi glosada por al-Himyari, um século depois, mas uma dúvida se instala quanto ao número de portas, pois, se excluirmos a Porta Nova – aberta no século XII, nas imediações do mosteiro de Santa Cruz – são comumente referidas as portas do Sol, de Belcouce, da Genicoca e de Almedina. Houve quem pensasse que a porta do Sol poderia corresponder apenas à entrada para o chamado castelo, de data posterior, mas é estranho que não houvesse qualquer saída nesta zona da medina, donde partia a estrada que ligava à Beira interior. De acordo com as autoras já acima referidas, não é possível determinar com rigor todo o traçado da muralha, mas do pouco ainda visível “parece existir, contudo, uma certa uniformidade na construção” (Catarino e Filipe, 2006: 73). E parece também não haver dúvida de que os trechos subsistentes correspondem à cintura urbana que existia no tempo de D. Sesnando. A cidade intramuros devia possuir cerca de uns 9/10 hectares (Catarino e Filipe: *idem*; Torres, 1993: 396) e, apesar de implantada maioritariamente em encostas bastante íngremes, dispunha de breves plataformas onde se vieram a localizar alguns dos espaços públicos e os principais edifícios da cidade. Vários autores chamaram a atenção para estes patamares urbanos, que eram igualmente procurados pelo patriciado urbano, o qual aí se foi estabelecendo com as suas “cortes”, residências mais qualificadas, que dispunham de um pátio ou logradouro (Rossa, 2001: 360-372; Ventura, 2006; Alarcão, 2008: 135-143). No interior da muralha, acima da porta de Almedina havia, segundo Jorge Alarcão, um breve plaino que deu origem ao chamado *Forum Regis* (não confundir com o *forum* romano – cfr. Alarcão, 2008: 274-276 e fig. 41). Junto a esta praceta, ou mais para os lados da porta de Belcouce, poderia localizar-se a casa onde possivelmente chegou a viver D. Sesnando e que este, em 1088, cedeu ao bispo D. Paterno (Alarcão, 2008: 83-87). O testamento apenas refere que se situava junto a uma das portas da muralha. Assim, outras hipóteses têm sido aventadas relativamente à localização dessa casa, ora situando-a junto à porta do Sol (António Pimentel), ora no exterior da porta da Alcáçova e não longe da Genicoca (Leontina Ventura). O que parece não haver dúvida é que a mãe de D. Sesnando possuía habitação junto à catedral de Santa Maria. Aliás, este foi também o local escolhido pelos mais próximos vassallos do alvazil, enquanto outros seus servidores se foram instalando junto à alcáçova e na plataforma ocupada pelas igrejas de S. João e S. Salvador (Ventura, 2006: 41). Excepção feita para a zona do alcácer/alcáçova, parece, pois, que o “bairro” mais procurado pela elite coimbrã – tanto no tempo de Sesnando, como decerto em períodos anteriores – ficava nas imediações da actual Sé Velha. A estar certa a suposição de António Rei relativamente ao texto anónimo *Dhikr Bilâd al-Andalus*, segundo a qual o autor teria confundido ‘Coimbra’ com ‘Portugal’, “existiu nela uma grandiosa mesquita aljama, transformada pelos cristãos quando dominaram a cidade” (Rei, 2012: 175). Não seria de estranhar tal transformação, quando a sede episcopal foi reposta no interior da medina, no tempo de D. Paterno. Mas há quem pense que D. Sesnando não deixaria de respeitar a mesquita, sucedendo-se um período de vizinhança ou quase coabitação. A rapidez com que foi construída uma nova catedral, após a morte do alvazil e a vitória da corrente romano-cluniacense, pode ser o indício de uma situação precária anterior e da vontade de criar uma sé mais ampla, conforme ao novo rito, o que implicaria a demolição da mesquita. Importa referir, contudo, que na cidade islâmica deveria existir mais do que uma mesquita. Daí haver uma delas designada como principal ou *aljama*. E é possível que no alcácer houvesse outra mesquita, comum neste tipo de redutos, apenas para uso da elite cidadina. Desconhece-se qual a situação em que, nessa altura, se encontraria a antiga plataforma artificial onde foi construído o

*forum* romano (Carvalho, 1998), mas sabe-se que existiam casas particulares junto à antiga *via regis* ou *rua das covas* (Real, 1974: vol.2, fig. 512; Alarcão, 2008: fig. 52) e que o criptopórtico terá sido parcialmente utilizado, pois “entre as camadas de colmatação das galerias, foram identificados escassos fragmentos de cerâmica pintada, um dos quais com engobe negro e pintura a branco, possivelmente do califado” (Catarino e Filipe, 2006: 74).

Relativamente ao alcácer (fig. 11), conhece-se hoje uma boa parte do seu traçado graças aos estudos coordenados por Helena Catarino (Catarino, 2005: 204-206). A respectiva existência já havia sido notada, pelo menos desde os anos 40 do século passado, graças a Vergílio Correia. O seu reconhecimento recebeu um novo impulso no início da presente centúria, do qual apresentou registo interpretativo António Filipe Pimentel (Pimentel, 2005: 157-216). Os trabalhos arqueológicos permitiram conhecer, com precisão, a forma e dimensões das muralhas deste reduto interior: “têm uma espessura de cerca 2,40m, torres circulares de ângulo e na defesa da porta, que abre para um espaço de planta quadrangular, numa edificação com 74/78m por 80/81m de lado e área aproximada de 6000 m<sup>2</sup>” (Catarino e Filipe, 2006: 84). No tramo rectilíneo da cerca que limitava este recinto, na parte meridional, apareceram dois cubelos intermédios de planta rectangular. Como referem as citadas arqueólogas, esta estrutura defensiva inspirava-se em modelos da arquitectura militar omíada. Mas do ponto de vista cronológico, a investigação não foi inteiramente conclusiva, pois as investigadoras situam-na “eventualmente na segunda metade do século IX... ou nos finais do séc. X”. Não cremos provável o aparecimento de uma construção deste tipo na primeira fase, quando Coimbra era ainda governada pelos Abu Denis. O contexto político-cultural da região e a liderança berbere não nos parecem propícios a uma obra tão precoce desta envergadura. Estamos mais inclinados para que constitua uma iniciativa subsequente à reconquista da cidade por Almançor. Por infelicidade, não foi possível ainda encontrar estratigrafia suficientemente fina e explícita, em correlação com as estruturas islâmicas, de modo a resolver essa dúvida. Também não se conhece como seria a organização interna do espaço do alcácer. Para o período posterior à conquista de Fernando Magno, António F. Pimental crê identificar indícios do palácio da alcáçova, da capela de S. Miguel e do albacar que, entretanto, teria sido construído do lado exterior, de encosto ao pano ocidental da muralha.

## **A CONSTRUÇÃO RELIGIOSA COIMBRÃ NA ALTA IDADE MÉDIA**

Vimos acima que, durante o primeiro período da ocupação islâmica, os moçárabes de Coimbra – cuja capitulação terá sido pacífica – lograram ainda construir ou remodelar as suas igrejas. No estado actual de conhecimento estamos impedidos de saber quais os templos herdados da tardo-antiguidade. No entanto, é provável que no antigo *forum* houvesse algum edifício adaptado a basílica cristã. Justino Maciel elenca nada menos que 45 fragmentos de escultura ornamental, provenientes de *Aeminium* e que se conservam no Museu Nacional Machado de Castro. Fariam parte de frisos, cancelas, pilastrinhas e peças de encaixe. Mas só dois têm uma origem conhecida mais precisa, pois deram entrada após a demolição da igreja de S. Pedro. São frisos decorados com círculos secantes e deles existe uma fotografia antiga que os mostra ainda *in situ*, decorando o pano interior das arcadas cegas da capela-mor românica. Existe um outro dado provavelmente relativo à mesma igreja, o qual identificámos a partir de uma descrição de Pierre David (fig. 13)<sup>40</sup>. Vergílio Correia, por seu turno, em

---

40 Segundo Pierre David, “un autre vestige des chancels primitifs de São Pedro existe encore aujourd’hui, encastré aux deux côtes d’une ancienne porte dans rua Larga, n.º 16”. O autor faz o paralelismo entre a sua decoração e a de um capitel de Valdediós, publicado por Gómez Moreno, em *Iglesias mozárabes*, planche XXXI (David, 1969: 123). Pelo seu singular grafismo, só pode ser o par de peças que deu entrada no MNMC, uma das quais reproduzimos aqui. Ficamos a saber que havia duas partes iguais, que ladeavam a porta de uma casa vizinha da igreja de S. Pedro. Vendo hoje tais pedras ornamentais, não parece tratar-se de elementos de cancela, mas antes das jambas de uma fresta, com alargamento para o interior, sendo decoradas apenas na face externa. Uma pilastra rectangular a que também se refere P.

1930 informava ter encontrado no Museu duas pedras lavradas “com a indicação de provirem, uma da Sé Velha, outra de S. João de Almedina”, que interpretou como visigodas. Posteriormente, noticiou ainda dois conjuntos de fragmentos de pedras decoradas, recolhidos naquela época por Mestre A. A. Gonçalves “nas demolições e restaurações da Sé Velha e de S. João”, nas quais foi “descobrimo em ambos certas pedras decoradas com rosetas de sabor visigótico”. E a esta nota acrescentou o achado recente (1943), nas galerias do criptopórtico, de “duas pedras decoradas com rosetas de gosto nitidamente visigótico” (Correia, 1946-53, vol. 2:33 e vol.1:52). São estas as únicas referências seguras e que, apesar de breves, nos apontam a existência intramuros de, pelo menos, três igrejas muito antigas. Embora os elementos referidos possam não corresponder exactamente ao período visigodo, eles devem ser anteriores à presúria galaico-asturiana<sup>41</sup>.

Na impossibilidade de avançarmos mais nesta matéria, é útil fazer uma ronda pelos templos elencados para a alta Idade Média coimbrã. No quadro seguinte, com uma ou outra dúvida sem consequência para o nosso raciocínio, apresentamos as mais antigas referências documentais (e demais indícios) relativamente a cada um dos edifícios religiosos de Coimbra e arredores:

| CIDADE   | ARRABALDES  | ARREDORES   |
|--|---|---|
| S. Salvador (1064)<br>S. João (1083)<br>S. Pedro (1087)<br>S. Miguel (1087)<br>S <sup>a</sup> Maria (1088)<br>S. Cristóvão <sup>42</sup> | S <sup>a</sup> Cristina (907?, 933)<br>S. Cristóvão (957)<br>S. Cucufate (957)<br>S. Vicente (972)<br>S. Pedro (980)<br>S. Mart. Bispo (1080)<br>S. Jorge (1088?)<br>S <sup>a</sup> Comba <sup>43</sup> | S. Mamede de Lorvão (857?)<br>S. Mamede de Algaça (857?)<br>S. Martinho de <i>Viaster</i> (883)<br>S. Lourenço de <i>Certoma</i> (883)<br>S. Martinho de <i>Seliobria</i> (907)<br>S. Cucufate de <i>Arcos</i> (943)<br>S. Martinho de <i>Silvã</i> (950)<br>S. Miguel de <i>Tentúgal</i> (980)<br>S. Vicente da <i>Vacariça</i> (1002)<br>S. Martinho de <i>Soure</i> (1042), etc. |

**Quadro n.º 3:** primeiras referências documentais relativas aos edifícios religiosos de Coimbra e arredores, entre os séculos IX e XI.

Da tabela acima resulta claramente uma conclusão. Ao contrário dos arrabaldes e do aro imediato em redor da cidade, dos quais possuímos quase uma dúzia de notícias sobre igrejas na segunda metade do século IX e no século X, no interior da cerca amuralhada apenas dispomos de informação a partir da reconquista de Fernando Magno. Isto tem um significado muito preciso. Quando Coimbra foi tomada, em 1064, já não deveria existir no interior da medina qualquer templo cristão em funções. A respectiva documentação ter-se-á também perdido. Mas não há razão para duvidarmos que os moçárabes tenham logrado continuar inicialmente com seus templos no interior da cidade, pelo menos desde que esta capitulou de modo pacífico perante ‘Abd al-‘Aziz até à presúria de 878 d.C.. Assim o indiciam a ausência de notícias de qualquer nova construção nos finais do século IX e o

David, foi incorporada igualmente no MNMC, mas, ao contrário da sua opinião, é já do século XII. Ingressaram ainda outra pilastra românica e o fragmento de uma terceira, que outrora decoravam as arcadas cegas da capela-mor.

41 A completa ausência de dados sobre a origem de mais de quatro dezenas de peças é bem reveladora do pouco cuidado que houve por parte de antigos responsáveis do Museu, a partir do momento em que se desfizeram as primitivas salas de exposição permanente e continuaram a aceitar-se incorporações. O primeiro esforço de revisão do inventário, para, na medida do possível, recuperar alguma informação, deve-se à direcção do Prof. Doutor Jorge Alarcão, nos inícios da década de setenta do século passado, e em cujo processo participou um dos signatários (MLR).

42 Existe a planta de um edifício anterior, no levantamento de António Francisco Barata, publicado por Augusto Filipe Simões em 1870. Chegou a ser interpretada com uma cripta da igreja românica, mas esta hipótese não é plausível.

43 A existência desta ermida, na zona de Celas, confirma-se pela notícia da trasladação das suas relíquias, no século XII, para o mosteiro das Donas.

aparecimento de pedras ornamentais apenas de cronologia anterior<sup>44</sup>. É perfeitamente natural que, na sequência do acordo de rendição e tal como aconteceu noutras cidades submissas, a liberdade de culto tenha sido concedida aos seus habitantes. Na ideia dos novos senhores, porém, este culto deveria passar a ser praticado em locais afastados do centro do poder. Mas existem casos conhecidos, como Lisboa, em que as transferências só se devem ter concretizado a partir do século XI (Real, 2014: 317-319), ou como Toledo, onde a igreja de Santa Maria de Alficem, mesmo ao lado da alcáçova, sobreviveu aberta ao culto até à reconquista de Afonso VI. Isto prova que a aplicação da *sharia*, a respeito da localização dos lugares de culto da população *dhimmi*, variou de acordo com o tempo e o lugar, conforme razões de contexto e a capacidade de resistência dos respectivos habitantes.

Coimbra estará entre as cidades onde os cristãos conseguiram resistir até bastante tarde, mas a situação mudou a partir dos finais do século X. A recuperação da cidade por Almançor pode ter significado uma viragem quanto à aceitação de manifestações de culto cristão dentro da medina. Esta hipótese, a que nos conduziu a diferente natureza da informação que possuímos acerca das igrejas do interior da cerca, face às que sobreviviam nos arrabaldes, encontra um paralelo no processo de afastamento dos cristãos lisboenses para a periferia, a partir da mesma época. Uma inscrição aparecida na cerca da alcáçova de Lisboa, em 1939, e recentemente valorizada por Carmen Barceló, confirma que as transformações no castelejo se iniciaram com Almançor, que as celebra em epígrafe laudatória do ano 374 H./985 D. C. (Barceló, 2013: 172). Nessa zona existia uma igreja, dedicada a Santa Cruz, da qual se conservam algumas peças de feição moçárabe, cuja cronologia é posterior à acção punitiva de ‘Abd al-Rahman I, em 763 D. C., que terá obrigado à reparação de várias igrejas. Ora, as escavações arqueológicas do antigo Paço Episcopal revelaram que no bairro da elite islâmica, construído no local a partir de meados do séc. XI, foram reutilizados materiais do referido templo no alicerce, de pelo menos, uma casa (Real, 2014: 315-316). Tendo em conta o arco cronológico de sessenta e cinco anos, no seio do qual se confirma o abandono da alcáçova por parte dos cristãos, deve ter-se alguma prudência ao transpor uma data acerca de idêntica medida para a cidade de Coimbra. A não ter ocorrido logo durante o governo de Almançor, a exigência para que os locais de culto se transferissem para o arrabalde deverá ter-se dado, pelo menos, a partir da integração de Coimbra na taifa de Badajoz. É conhecido como, desde então, passou a haver um maior rigorismo na aplicação da lei islâmica, circunstância que deve ter tido consequências para as comunidades *dhimmi*, as quais passaram a ficar privadas dos seus mais emblemáticos centros de oração. Uma prova indirecta de que os moçárabes passaram a praticar o seu culto apenas nos arrabaldes, pode encontrar-se no testemunho da transferência – eventualmente, de regresso – para intramuros, de dois importantes oragos sediados, até à reconquista de Fernando Magno, no exterior da cerca da cidade islâmica: a *igreja de S. Pedro* alçou-se da actual rua Direita para próximo da Alcáçova<sup>45</sup>; e a *igreja de S. Cristóvão* saiu do largo de S. Bartolomeu, para se instalar na meia encosta, num dos extremos da actual Rua Joaquim António de Aguiar (Alarcão, 2008: 78 e 271-272)<sup>46</sup>. Embora não seja seguro, o facto de também haver uma igreja de S. João, denominada da *Almedina*, pode significar que terá existido uma outra anterior, com o mesmo patrono e localizada fora de portas. Finalmente, é bem significativo que, no próprio ano da tomada de

44 Apesar de ser reduzido o número de peças com proveniência segura, lembramos as notas de Vergílio Correia e Pierre David sobre esculturas originárias do interior da medina: Sé Velha, S. João e S. Pedro. Sem encontrar necessidade de construir novos templos, admitimos que os presores do século IX tenham considerado uma excepção, de carácter simbólico. Como veremos adiante, não é impossível que o lintel da Sé Velha, com a inscrição “*Mariae Virginis*”, remonte à época de Afonso Magno.

45 Esta mudança dá também algum sentido à singularidade da escultura figurativa da igreja românica de S. Pedro, um caso singular na Alta coimbrã, que seguiu o modelo beneditino devido, decerto, à anterior proximidade ao mosteiro cluniacense de Santa Justa, dos monges que, partindo da rua Direita, foram povoar a nova colegiada intramuros.

46 Jorge Alarcão adverte que a seguinte nota – “*ecclesia Sancti Bartolomei qui in antea uocabant Sancti Christophori*” – presente no documento de 957, deve ser uma actualização do copista no *Livro dos Testamentos* do mosteiro de Lorvão, redigido em 1116-1117. Não sabemos que significado poderá ter a circunstância de, na proximidade dos dois locais de implantação da igreja de S. Cristóvão, aparecer, respectivamente, uma rua dos Esteireiros e uma rua das Esteirinhas.

Coimbra por Fernando Magno (1064), haja logo a primeira referência à *igreja de S. Salvador*. Esta faz parte da relação de bens do mosteiro da Vacariça, elaborada por aquela ocasião. E a circunstância de figurar em último lugar da lista (LP 73), pode dever-se precisamente a uma presúria, concessão ou devolução recente, na sequência da tomada da cidade. Jorge Alarcão sugere a hipótese de existir um antecedente romano, podendo o templo do culto imperial ter coincidido parcialmente com a capela-mor desta igreja (Alarcão, 2008: 49-51). Não descartamos a possibilidade de esta corresponder também a um antigo templo cristão. Na verdade, o insólito traçado rectangular da capela-mor e o desvio da sua orientação face ao que resta da obra românica, tal como do próprio muro limítrofe da nave setentrional, sugerem que estamos perante indícios de uma construção anterior. Indícios, aliás, confirmados pelo uso de pedras almofadadas nos cunhais da ousia. O reforço dos cunhais com silhares almofadados tanto pode ser de obra romana, como o fruto de reaproveitamentos posteriores, tão típicos eles eram na alta Idade Média. Sem dispormos de informação segura quanto à respectiva antiguidade, antes de uma cuidada análise arqueológica, resta-nos a certeza, pelo menos, de que esta parte do edifício esteve em uso no tempo de D. Sesnando, como parte integrante da igreja restaurada em 1064.

A partir desta data, de facto, ter-se-á dado uma transformação profunda no governo de Coimbra e na situação dos cristãos aí residentes. É a essa mudança que, provavelmente, se referiu o cônsul D. Sesnando, em 1086, num documento endereçado ao subdiácono Lourenço, de Cantanhede: “Igitur ego, Sesnadus consul, prefatam civitatem... populo christianorum inhabitare curam duxi. Et postquam ... ecclesiis catholice fidei pulcre recuperavi” (LP 578). Um ano mais tarde, na respectiva carta testamentária, o alvazil aludiu igualmente a esta sua iniciativa de repovoamento cristão da cidade: “Colimbriam, populavi ego ipsam villam” (LP 19).

Assim parece ter sucedido com a transferência da sede episcopal para o interior da antiga medina. Mas não é seguro que esta passagem tenha sido imediata. Temos por quase certo que os presumíveis bispos de Coimbra durante a segunda ocupação islâmica – Maurício (1002) e Afonso (1018) – exerceram o seu múnus episcopal a partir de um dos templos situados na periferia<sup>47</sup>. É de recordar que, tendo sucedido um período de sede vacante<sup>48</sup>, o primeiro bispo da Reconquista só se instalou dezasseis anos após a libertação da cidade por Fernando Magno. A vinda do bispo Paterno, em 1080, ficou a dever-se precisamente ao empenho pessoal de D. Sesnando, mas pouco se sabe sobre as condições em que encontrou a sede episcopal. De 1086 são duas alusões à *vetera* (ou *vetus*) *ecclesia*. Jorge Alarcão, com o seu apurado sentido crítico, sugere que “talvez se deva entender que *veteri* se aplica à antiguidade do bispado (*sedes episcopalis*) e não à fábrica da igreja (*ecclesie Sancte Marie*). Esta observação (Alarcão, 2008: 98) conjuga-se perfeitamente com o que acabamos de referir sobre o interregno da ocupação eclesial na medina e tem suporte na, mais que provável, recusa de D. Sesnando em substituir a mesquita *aljama* pela nova basílica maior (cfr. tb. Rossa, 2001: 180). Ele próprio assim o recomendou anteriormente, a propósito da grande mesquita de Toledo<sup>49</sup>. Um dos documentos de 1086, todavia, cria uma (apenas) aparente dificuldade à linha de pensamento que estamos a seguir. Numa carta de testamento à Sé de Coimbra, a respeito de dois moinhos situados próximo de Condeixa, diz-se expressamente que tal doação é feita “ad locum sancte dei genitricis semperque uirginis marie et sancti petri apostoli ac sancti martini episcopi quorum altaria sita et nomina inuocata sunt in supradicta ecclesia sancte marie que est in ueteri sede episcopali colimbrie” (DC 658). Por sua vez, datado do ano seguinte, o testamento de D. Sesnando

47 Maurício é referido numa reconstituição recente do episcopologio (Carriedo Tejedo, 1998-99: 343) e Afonso, que subscreve um documento do mosteiro da Vacariça, sem aludir à respectiva cátedra, tem sido considerado bispo de Coimbra (LP 123).

48 Tal coincidiu com o acendimento do conflito na fronteira entre Vouga e Mondego, cujo trágico desfecho resultou na morte do rei Afonso V (1028), durante o assalto à cidade de Viseu.

49 Em 1085, o arcebispo Bernardo de Toledo “s’était heurté à Sisenand sur le problème de la grande mosquée à Tolède: Sisenand recommandait qu’on la laissât aux mussulmans; Bernard avait obtenu qu’elle fût consacrée au culte chrétien” (Pradalié, 1974: 90)



refere-se expressamente à relíquia do Santo Lenho “quod est in Sancta Maria” (LP 19 e 78). A hipótese de J. Alarcão parece estar certa quanto ao sentido genérico da antiguidade da sede episcopal – “in ueteri sede episcopali colimbrie”<sup>50</sup> – mas há, nestes diplomas, também uma referência explícita à basílica e aos seus três altares. Ora, tais documentos não constam da lista de Pradalié sobre os falsos da catedral e a sua data é insuspeita, dado que ainda são mencionados Paterno e Sisnando, que faleceram, respectivamente, em 1087 e 1091. Assim, não podemos afirmar com total segurança qual seria a localização da catedral sesnandina, a “velha” sede episcopal de Coimbra. Cremos que já não se tratava da presumível basílica extramuros, onde possivelmente terá decorrido o culto diocesano durante a segunda ocupação islâmica. O mais provável é que tenha sido recuperada a antiga igreja episcopal – desactivada há cerca de uns 50 a 70 anos – e que mesquita aljama e basílica não se sobrepusessem, embora possam ter-se mantido em proximidade desde antes do século X. Em face do exposto, só a arqueologia poderá eventualmente decifrar este enigma.

A documentação ensina-nos que, entretanto, se havia começado a construir uma nova catedral: 1108 – “ecclesie sancte marie illi nove ecclesie episcopali sedi colimbrie” (LP 542); 1110 – “ad ecclesiam nove” (LP 419) e “illam ecclesiam novam” (DP 365). Tal edificação resultou, certamente, de uma iniciativa posterior à morte do alvazil D. Sesnando. Ela parece constituir a aposta da corrente romano-cluniacense, que, a partir de D. Crescónio (1092-1098), tentava impor-se na cidade com o apoio dos condes portugalenses e de um grupo de colonos de origem franca. Em 1094, atendendo às carências materiais da Sé de Coimbra, o conde D. Raimundo e sua mulher, D. Urraca, fizeram-lhe a doação do mosteiro da Vacariça, com todos os seus bens. A generosa atribuição daquela que, então, seria a casa religiosa mais rica da diocese, pode estar relacionada com a vontade de renovar a catedral, em obediência já aos cânones da liturgia romana. A cerimónia da assinatura do diploma foi realizada “super altare supranominata ecclesie Sancte Marie” (LP 82). Seria ainda no altar da “igreja velha” ou já na capela-mor da nova basílica? Era frequente a sagração dos altares da cabeceira, no momento em que esta se encontrava concluída e já operacional, enquanto o resto do edifício se mantinha em construção.

A presente “igreja nova” (“igreja” e já não “sede” episcopal) situar-se-ia no lugar da actual Sé Velha, como o parecem demonstrar algumas das sepulturas cristãs que apareceram junto à fachada ocidental. Uma parte destas seria anterior à construção da catedral românica, pois a sua orientação era distinta das que se encontram claramente articuladas com a Sé actual. Duas delas até se internavam por baixo do pórtico ocidental. Por outro lado, o claustro mantém uma torsão idêntica à das sepulturas mais antigas, o que pressupõe estar alinhado também de acordo com construções anteriores. Estas podem ter pertencido à antiga clausura, onde funcionou a primitiva canónica, associada à qual poderá ter estado a tampa de sepultura de um abade dos inícios do século XII, que chegou até à actualidade (Barroca, 2000: n.º 218-A). Não se sabe, ao certo, a que fases corresponderiam o pavimento de argamassa e a base de coluna, em mármore, que foram identificados no interior da catedral. Infelizmente, não houve qualquer investigação arqueológica durante o restauro, malgrado a insistência, nesse sentido, por parte do mestre António A. Gonçalves (Real, 1974: 44). Existe, no entanto, uma peça que tem sido geralmente relacionada com o templo dos finais do século XI/princípios do XII (Barroca, 2000: n.º 42). Trata-se de um notável fragmento de lintel, descoberto durante as citadas obras de restauro da Sé Velha, nos fundamentos do 3.º pilar do lado do Evangelho. Tal como a base anteriormente referida, deu entrada no Museu Nacional de Machado de Castro e encontra-se, hoje, em depósito no interior do espaço catedralício. Em nosso entender, todavia, parece ser uma peça mais antiga (fig. 18). Pelas suas reduzidas dimensões, não corresponderá a qualquer padieira de porta. Provavelmente, este lintel poderia estar a rematar a fresta

<sup>50</sup> Esta invocação de antiguidade entender-se-á, aqui, como um propósito de afirmação por parte dos moçárabes conimbricenses, recém-libertados do jugo islâmico e defensores, por sua vez, do tradicional rito hispânico, posto em perigo desde o Concílio de Burgos.



da capela-mor, virado ao interior, anunciando o orago do respectivo altar. A metade subsistente conserva, na íntegra, a legenda “MARIAE VIRGINIS”, cujo grafismo levou Mário Barroca a relacioná-la justamente com uma outra inscrição, originária da igreja de Santa Maria de Montemor-o-Velho. Infelizmente, ambas não apresentam data, embora o autor as classifique do final do século XI. Hoje em dia, pensamos que as duas inscrições possam ser mais antigas, isto é, contemporâneas ou pouco posteriores à presúria de Afonso Magno<sup>51</sup>. A citada peça da igreja de Santa Maria da Alcáçova, de Montemor-o-Velho, infelizmente também truncada (fig.19), permite apenas a seguinte leitura “[...e] DIFICIUM AB ERMENEGILDU[...]” (Barroca, 2000: n.º 43). Deve referir-se esta epígrafe à construção do templo, encomendada pelo próprio Hermenegildo Guterres, logo após a reconquista. É ainda de sublinhar que o lintel pré-românico da Sé Velha apresenta uma afinidade tipológica e, aparentemente, funcional com peças comuns à arte asturiana. Basta comparar com os lintéis da cabeceira de Valdedios, ligeiramente anteriores à sagração de 893 (Fernández Conde, 1994). E algumas das características paleográficas visíveis, tanto na inscrição da Sé Velha, como na igreja de Montemor-o-Velho, aparecem igualmente na epigrafia asturiana do séc. IX-X (figs. 20 e 21): na *ordinatio* do texto, na técnica de gravação dos caracteres, na tipologia de certas letras (A, B, D, F, I, L, M, N, R, S ou V) e, sobretudo, no modo singular de representar o G, os nexos AB, ME e VM, e as inclusões CI e GI<sup>52</sup>.

Além da afinidade existente entre si e com algumas congêneres asturianas, as duas epígrafes da região de Coimbra evidenciam também certa relação com a grafia distendida das letras do lintel de Santa Cruz do Castelo, aparecido na alcáçova de Lisboa. Esta peça foi descoberta na zona do Paço do Bispo (que se sobrepôs ao bairro islâmico), tal como os já referidos fragmentos de escultura ornamental moçárabe, anteriores ao séc. XI. E, em nosso entender, pertenceram a um templo que terá sido destruído algumas décadas mais tarde, pois a arqueologia revelou o aproveitamento de elementos da antiga igreja em habitações de meados do séc. XI (Real, 2014: 315-319)<sup>53</sup>.

Este conjunto de testemunhos levam-nos, pois, a concluir da existência de uma possível construção do séc. IX, em Coimbra. A ser assim, há que admitir que o conde Hermenegildo Guterres, nos primeiros anos após a presúria – época que está muito mal documentada – pode ter ordenado a construção de uma nova basílica catedral. A edificação da Sé talvez tenha sido, mesmo, a única obra dos presores dentro da cidade. Como vimos acima, haveria ainda uma série de igrejas que foram construídas durante o período da primeira ocupação islâmica (S. Pedro, S. João e o próprio templo anterior, no sítio da Sé). Atendendo ao contexto de tolerância então existente – confirmado, entre outros indícios, pela circunstância de terem fornecido vestígios ornamentais do séc. VIII-IX – tais templos deviam estar ainda activos no momento da presúria. Não haveria, assim, necessidade de construir de imediato novos edifícios de culto. Porém, a reconstrução da Sé pode ser interpretada como obra legitimadora da nova ordem e do prestígio da realeza asturiana.

Em abono desta hipótese, pode invocar-se uma peça pertencente ao MNMC (fig. 24)<sup>54</sup>. Trata-se de um pequeno capitel, respeitante a uma fresta ou mobiliário litúrgico, que possui um anel folhas

---

51 Na descrição que um dos signatários fez desta peça, para o catálogo da exposição sobre São Teotónio, organizada pela Diocese e pela Câmara Municipal de Viseu, ainda perfilhava a datação proposta por Mário Barroca (Real, 2012: 100-101). Hoje em dia, cremos ter boas razões para defender o recuo cronológico para o lintel da Sé Velha.

O opúsculo do Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra, publicado com o apoio de António de Vasconcelos na secção de epigrafia, já apontava para a grande antiguidade da epígrafe da Sé Velha: “N.º 69 – Inscrição que deve ser muito anterior ao século XII” (Notas. Coimbra, 1911, p.12 nota a e p. 16).

52 Cfr. Castro Valdés, 1995: figs 9, 53, 59, 65-68, 75, 76, 78, etc.

53 Em dois anteriores estudos, um dos signatários chegou a admitir também uma data posterior para esta peça da Sé Velha (Real, 1974: 44 e Real, 2012: 101). Todavia, o estudo paleográfico mais detalhado da inscrição de Coimbra e o contexto histórico-arqueológico em que apareceu a epígrafe da alcáçova de Lisboa, levam-nos a recuar a cronologia para o século IX-X.

54 Esta peça foi fotografada na década de 70 do século passado (cliché n.º 2206), no tempo em que o signatário (MLR) percorreu toda a colecção.

esguias, ao qual se sobrepõe o característico encordoado, motivos que frequentemente aparecem na arte galaico-asturiana. As folhas lanceoladas têm bastante afinidade com as de um capitel de S. Salvador de Priesca, cujos nervos se representam igualmente com incisões paralelas em aspa, com as pontas viradas para cima (cfr. fig. 5c). A estranha relação estabelecida entre um anel de folhas de acanto e uns encordoados que se lhe sobrepõem pode ver-se no coroamento de um fuste de San Román de Hornija (Gómez Moreno, 1919: lam. LXIX). A circunstância do encordoado de Coimbra ser tríplice, pelos paralelos conhecidos, parece ser mais uma obra de inspiração galaica que asturiana, pois, sendo um motivo ornamental de provável origem castreja, vamos reencontrá-lo numa pilastra de San Xés de Francelos (fig 23). Como tantas outras, parece pertencer ao grupo originário de antigas intervenções em monumentos da cidade, que ingressou sem acompanhamento do registo de proveniência. Este fragmento de coluna, pela sua tipologia e raridade, pode estar precisamente relacionado com uma obra coeva da presúria de Hermenegildo Guterres. O facto de se encontrar um paralelo decorativo na citada igreja pré-românica da província de Orense, mais nos leva a acreditar nessa possibilidade, pois o referido presor possuía várias *mandationes* nessa região (Abruciños, Barra, Bubal, etc.).

Admitimos que, após a conquista de Almançor e do presumível afastamento da medina dos lugares de culto cristão, a sede basilical tenha estado em relativo abandono umas dezenas de anos, para ser recuperada no tempo de D. Sesnando. A circunstância em que se deu o achado do fragmento de lintel epigrafado, assim como a cronologia que atribuímos ao lintel, levam a admitir que a aludida “ecclesia sancte marie que est in ueteri sede episcopali colimbrie” se situaria no mesmo local em que os bispos D. Crescónio e D. Maurício mandaram edificar nova basílica, no meio de grande contestação por parte da comunidade moçárabe<sup>55</sup>. Segundo o “Livro de Lembranças” de Santa Cruz, a nova Sé foi erguida no tempo do conde D. Henrique e sagrada pelo arcebispo de Toledo (Real, 2012: 101). Como vimos acima, a iniciativa pode ter ainda partido do conde D. Raimundo, mas terá sido D. Henrique o grande impulsionador. Aliás, a decisão de integrar também o mosteiro de Lorvão no património da Sé, em 1109 (LP 59), será um sintoma do seu apoio ao novo bispo D. Gonçalo, que passou a ter a carga a tarefa de concluir a obra iniciada pelos seus imediatos antecessores.

### SIGLAS UTILIZADAS

DC – *Portugaliae Monumenta Historica: Diplomatae et Chartae*. Lisboa: Academia das Ciências, 1867 e ss.

DP – *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Particulares*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940 e 1980.

LP – *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de C., 1999

LT – *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis (Estudios)*: León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2008

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

MNMC – Museu Nacional de Machado de Castro

---

<sup>55</sup> Enquanto se construía um novo templo, para substituir outro anterior, era comum iniciar-se por uma área adjacente, sendo o antigo edifício demolido apenas quando a segunda fábrica ia já adiantada. Esta era, regra geral, de maiores dimensões e só avançava para cima da zona ocupada pelo edifício primitivo quando estivessem asseguradas as condições mínimas de funcionalidade, na nova estrutura em construção.

Parece que, entre 1094-97, estariam já de pé alguns edifícios claustrais da nova Sé: “ecclesiae sanctae mariae aepiscopalis sedis colimbriae et ejusdem loci aepiscopo domno cresconio siue clericis ibidem commorantibus”. Eles encontrar-se-iam instalados no espaço definido, em 1086, como o “atrium australem Sanctae Marie” (Real, 1974: p. 44 e 102-3). A construção da canónica pode ter sido relativamente precoce, a acreditar na concessão que a Sé faz a Boa Mendes, do uso vitalício de uma casa, pela quantia de 100 soldos, os quais eram aceites “in ipsius monasterii sui edificiis dispendisse” (LP 398). Deve adiantar-se, porém, que este documento integra a lista de falsos apresentada por Pradalié, pelo que a sua data, senão mesmo o conteúdo, merecem alguma cautela.

## BIBLIOGRAFIA

- AILLET, Cyrille (2009), El monasterio de Lorvão y los confines de la Beira (siglos IX-XII): Apuntes sobre la memoria histórica de un espacio de contacto, *Studia Historica – Historia Medieval*, 27, Salamanca, Universidad de Salamanca, pp.71-95
- AILLET, Cyrille (2010), *Les mozarabes: Christianisme, Islamisation et Arabisation en la Península Ibérique (IXe-XIe siècles)*
- ALARCÃO, Jorge de (2004), *In Territorio Colimbric: Lugares velhos (e alguns deles, deslembrados) do Mondego*, Lisboa, IPA
- ALARCÃO, Jorge de (2008), *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade
- ALARCÃO, Jorge de (2013), Percursos de Ibn Maruan, *Portvgalia*, Nova Série, 34, Porto, FLUP, pp. 137-149
- ARIAS PÁRAMO, Lorenzo (1998), *El Prerrománico de San Martín de Salas*, Salas, Ayuntamiento de Salas
- BARCELÓ, Carmen (2013), Lisboa y Alanzor (374 H./985 d.C.), *Conimbriga*, 52, Coimbra, FLUC, pp. 165-194
- BARROCA, Mário Jorge (1990-91), Do castelo da Reconquista ao Castelo românico (sécs. IX a XII). *Portvgalia*, Nova Série, 11-12, Porto, FLUP, pp. 89-136
- BARROCA, Mário Jorge (1996-97), A Ordem do Templo e a arquitectura militar do século XII, *Portvgalia*, Nova Série, 17-18, Porto, FLUP, pp.171-209
- BARROCA, Mário Jorge (2000a), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. 3 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- BARROCA, Mário Jorge (2000b), Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior, *Beira Interior – História e Património*, Guarda, pp. 215-238
- BARROCA, Mário Jorge (2003), Da Reconquista a D. Dinis, in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. I (coord. José MATTOSO), Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 21-161
- BARROCA, Mário Jorge (2005), O Castelo de Montemor-o-Velho nos séculos X a XIII, in BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela-Porto, Câmara Municipal de Palmela-FLUP, pp. 111-126
- BOVINI, Giuseppe (1977), *Ravenna, ses mosaiques, ses monuments*, Ravenna, Longo Editore
- BRANCO, Maria João (2008), Reis, condes, mosteiros e poderes: o mosteiro de Lorvão no contexto político do reino de Leão (sécs. IX-II), in *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis*, León, Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, pp. 27-80.
- CARRIEDO TEJEDO, Manuel (1998-99), Los episcopologios portugueses en los siglos IX-X, através de dos obispos de Oporto, Froarengo (890-918) y Hermogio (923-927), y su situación a comienzos del siglo XI, *Bracara Augusta*, 48, Braga, pp. 311-401
- CARVALHO, Pedro C. (1998), *O Forum de Aeminium*. [S.l.]: Instituto Português de Museus
- CASTRO, Luís Albuquerque e (1965), *Os frisos de calcário da capela de São Frutuoso de Montélios (Braga)*. Sep. de “Lucerna”, 4, Porto
- CASTRO VALDÉS, César Garcia de (1995), *Arqueología cristiana de la alta Edad Media en Astúrias*, Oviedo, Real Instituto de Estudios Asturianos

- CATARINO, Helena (2005), Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra, in BARROCA, Mário; FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, Palmela-Porto, Câmara Municipal de Palmela-FLUP, pp. 195-214
- CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia (2006), Madinat Qulumbriya: Arqueologia numa cidade de fronteira, in GÓMEZ MARTINEZ, Susana (coord.), *Al-Andalus, espaço de mudança: Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Mértola, CAM, pp.73-85
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1988), *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*, 2ª ed., Arouca, Câmara Municipal de Arouca
- COELHO, Maria Helena da Cruz (2005), Nos alvares da História de Coimbra: D. Sesnando e a Sé Velha, in *Sé Velha de Coimbra: Culto e cultura*, Coimbra, Catedral de Santa Maria de Coimbra, pp. 11-39
- CORREIA, Vergílio (1946-53), *Obras*, 3 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra
- DAVID, Pierre (1969), Sur l'église de São Pedro de Coimbra, *Revista Portuguesa de História*, 12, Coimbra, pp. 121-124
- DUARTE, Luís Miguel (1996), O Vale do Douro da ocupação tardo-romana aos forais manuelinos: as nossas interrogações, *Douro: Estudos & Documentos*, 2, Porto, GEHVID / Afrontamento, pp. 57-69
- FERNANDES, Paulo Almeida (2016a), 1.4.2. (Re)conquista: a expansão asturiano-leonesa, in PAIVA, José Pedro (dir.), *História da Diocese de Viseu*, vol.1, Viseu, Diocese de Viseu, pp. 68-80
- FERNANDES, Paulo Almeida (2016b), 1.6.2. Populações cristãs; senhores islâmicos? in PAIVA, José Pedro (dir.), *História da Diocese de Viseu*, vol.1, Viseu, Diocese de Viseu, pp. 81-84
- FERNANDES, Paulo Almeida (2017), *Matéria das Astúrias. Ritmos e realizações da expansão asturiano-leonesa pelo actual centro de Portugal (sécs. VIII-X)*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento em História da Arte.
- FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier (1994), La fundación de S. Salvador de Valdedios: Fuentes epigráficas, in F. J. F. C. (ed.) – *La época de Alfonso III y San Salvador de Valdedios*, Oviedo, Universidad de Oviedo, pp. 213-247
- FERREIRA, Maria do Céu; LOBÃO, João Carlos (2013), Arqueologia no castelo de Trancoso: Novos dados para o estudo da fortificação, in FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. 2, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 761-771
- FONSECA, João Ferreira da (2014), *Castelo de Penedono: Mil anos de História*, Penedono, Câmara Municipal de Penedono, Editora Quartzzo
- GÓMEZ MORENO, Manuel (1919), *Iglesias mozárabes: Arte español de los siglos IX al XI*, Madrid, JUAEIC, Centro de Estudios Historicos
- GOUVEIA, Mário de (2007), S. Miguel na religiosidade moçárabe (Portugal, séc. IX-XI), in OTRANTI, Giorgio et alii (a cura di), *Culto e santuari di san Michele nell'Europa medievale*, Bari, Edipuglia, pp. 81-112
- LIMA, António Manuel de Carvalho (2010-11), Povoamento e organização do território do Baixo Douro na época da monarquia asturiana, *Portvgalia*, Nova Série, 31-32, Porto, FLUP, pp. 83-114

- MATTOSO, José (1968), Sobrevivência do monaquismo frutuosiense em Portugal durante a Reconquista, *Bracara Augusta*, 22, Braga, pp. 21-77 (reed. in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982, pp. 11-53)
- MATTOSO, José (1968-69), As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI, *Studium Generale*, 12, Porto, pp. 59-115 (reed. in *Obras Completas. A Nobreza Medieval Portuguesa: A Família e o Poder*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, pp. 75-189)
- MATTOSO, José (1970), A nobreza portugalense dos séculos IX a XI, *Do Tempo e da História*, 3, Lisboa, pp. 35-50 (reed. in *Obras Completas. A Nobreza Medieval Portuguesa: A Família e o Poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 191-212)
- MERÊA, Paulo; GIRÃO, A. Amorim (1943), Territórios portugueses no século XI, *Revista Portuguesa de História*, 3, Coimbra, pp. 255-263 (ed. corrigida e aumentada, Coimbra, 1958)
- MUSEU DE ANTIGUIDADES DO INSTITUTO DE COIMBRA (1911), *Notas*, Coimbra, [s.n.]
- NASCIMENTO, Aires A. do (1998), *Hagiografias de Santa Cruz de Coimbra*, Lisboa, Colibri
- PIMENTEL, António Filipe (2005), *A morada da sabedoria: O Paço Real de Coimbra das origens ao estabelecimento da Universidade*, Coimbra, Almedina
- PINTO, A. Nunes (1993), Escavações na Alcáçova de Coimbra: Análise de resultados, in DIAS, Pedro (coord.), *Actas do Colóquio "A Universidade e a Arte"*, Coimbra, Instituto de História de Arte, FLUC, pp. 35-45
- PRADALIÉ, Gérard (1974), Les faux de la cathédrale et la crise à Coimbre au début du XII<sup>e</sup> siècle, *Mélanges de la Casa de Velazquez*, 10, Paris, pp. 77-98
- PRADALIÉ, Gérard (1987), Du Portugal mozarabe au Portugal romanisé: L'exemple de Coimbre, in *Histoire du Portugal. Histoire Européenne*, Paris, Centre Culturel Portugais, Fundação Calouste Gulbenkian, pp.15-17
- REAL, Manuel Luís (1974), *A arte românica de Coimbra: Novos dados, novas hipóteses*, Porto, dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada
- REAL, Manuel Luís (2005), Mosteiro de Fráguas no contexto do pré-românico da Beira Interior (Portugal), in BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Palmela-Porto, Câmara Municipal de Palmela-FLUP, pp. 275-292
- REAL, Manuel Luís (2007), A escultura decorativa em Portugal: O grupo "portugalense", in CABALLERO ZOREDA, Luís; MATEOS CRUZ, Pedro (ed.), *Escultura decorativa tardorromana y altomedieval en la Península Ibérica, Anejos de AEspA*, 41, Madrid, CSIC, pp. 133-170
- REAL, Manuel Luís (2012), Lintel (fragmento), in SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coord.), *São Teotónio, patrono da diocese e cidade de Viseu*, Viseu, Diocese de Viseu-Câmara Municipal de Viseu, pp. 100-101
- REAL, Manuel Luís (2013a), O castro de Baiões terá servido de atalaia ou castelo, na Alta Idade Média? Sua provável relação com o refúgio de Bermudo Ordonhes na Terra de Lafões, *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, 12, Porto, FLUP, pp. 203-230
- REAL, Manuel Luís (2013b), O significado da basílica do Prazo (Vila Nova de Foz Côa), na Alta Idade Média duriense, in *Actas das 1<sup>as</sup> Conferências do Museu de Lamego-CITCEM 2013: História e Património no Douro: Investigação e desenvolvimento*, Lamego, Museu de Lamego-Direcção Regional de Cultura do Norte-CITCEM, pp. 65-103



- REAL, Manuel Luís (2014), Reflexões sobre o moçarabismo no Gharb Al-Andalus: o caso português, in GÓMEZ MARTINEZ, Susana; LOPES, Virgílio; e MACIAS, Santiago (coord.), *Entre Roma e o Islão*, Mértola, C.A.M., pp. 244-351
- REI, António (2012), *O Gharb al-Andalus al-Aqsâ, na Geografia Árabe (séculos III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)*, Lisboa, IEM, 2012 (col. Documentos, 3 – CD-ROM)
- RODRIGUEZ GONZALEZ, Julio; SEARA CARBALLO, Alfredo (1985), *San Xés de Francelos*, Ourense, Museo Arqueológico Provincial
- ROSA, Maria de Lurdes (2000), A religião no século: vivências e devoções dos leigos, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *História religiosa de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 423-510
- ROSSA, Walter (2001), *Diversidade: Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra, Dissertação de doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, policopiada
- SILVA, António Manuel S. P.; RIBEIRO, Manuela C. S. (2006-07), Cerâmica medieval das escavações no Castelo de Arouca: Ensaio de análise morfotipológica, *Portvgalia*, Nova Série, 27-28, Porto, FLUP, pp. 69-88
- TENTE, Catarina (2009), Viver em autarcia. A organização do território do Alto Mondego (Portugal) entre os séculos V a X, in MARTIN VISO, Iñaki (ed.), *Tiempos Oscuros? Territorios y sociedades en el centro de la Península Ibérica (siglos VII a X)*, Salamanca, Universidad de Salamanca / Silex, pp. 137-157
- TORRES, Cláudio (1993), O Garb-Al-Andalus, in MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 360-415
- TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1998), *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores
- VENTURA, Leontina (2006), As cortes ou a instalação em Coimbra dos *fideles* de D. Sesnando, in *Estudos de homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 3, Porto, FLUP, pp. 37-52
- VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha (2013), O Entre Douro e Tejo ao tempo de São Teotónio, in SOALHEIRO, João; EUSÉBIO, Maria de Fátima (coord.), *São Teotónio: Patrono da diocese e da cidade de Viseu. 1162-2012*, Viseu, Diocese de Viseu e Câmara Municipal de Viseu, pp. 19-37



- |                    |                       |
|--------------------|-----------------------|
| ○ - Igrejas        | □ - Construções civis |
| ✚ - Mosteiros      | ■ - Fortalezas        |
| ◇ - Hagiotopónimos |                       |

**Fig. 1:** Construções religiosas civis e militares documentadas entre 1000 e 1064 (cfr. Quadro n.º 1 – PAF)



- |                  |                       |
|------------------|-----------------------|
| ○ - Igrejas      | □ - Construções civis |
| ⊕ - Mosteiros    | ■ - Fortalezas        |
| ◇ - Hagiopónimos | ▣ - Igreja com torre  |

**Fig. 2:** Construções religiosas civis e militares documentadas entre 1064 e 1100 (cfr. Quadro n.º 2 – PAF)





**Fig. 3:** Castelo de Penela (cl. PAF)





**Fig. 4:** Castelo de Montemor-o-Velho (cl. FAF)





**Fig. 5:** Arco da torre do mosteiro de Lorvão (cl. MLR – em 1981)



**Fig. 6:** Base de coluna do claustro de S. João de Almedina, em Coimbra (cl. MLR)





**Fig. 7:** Base de coluna do mosteiro da Vacariça (cl. MLR)

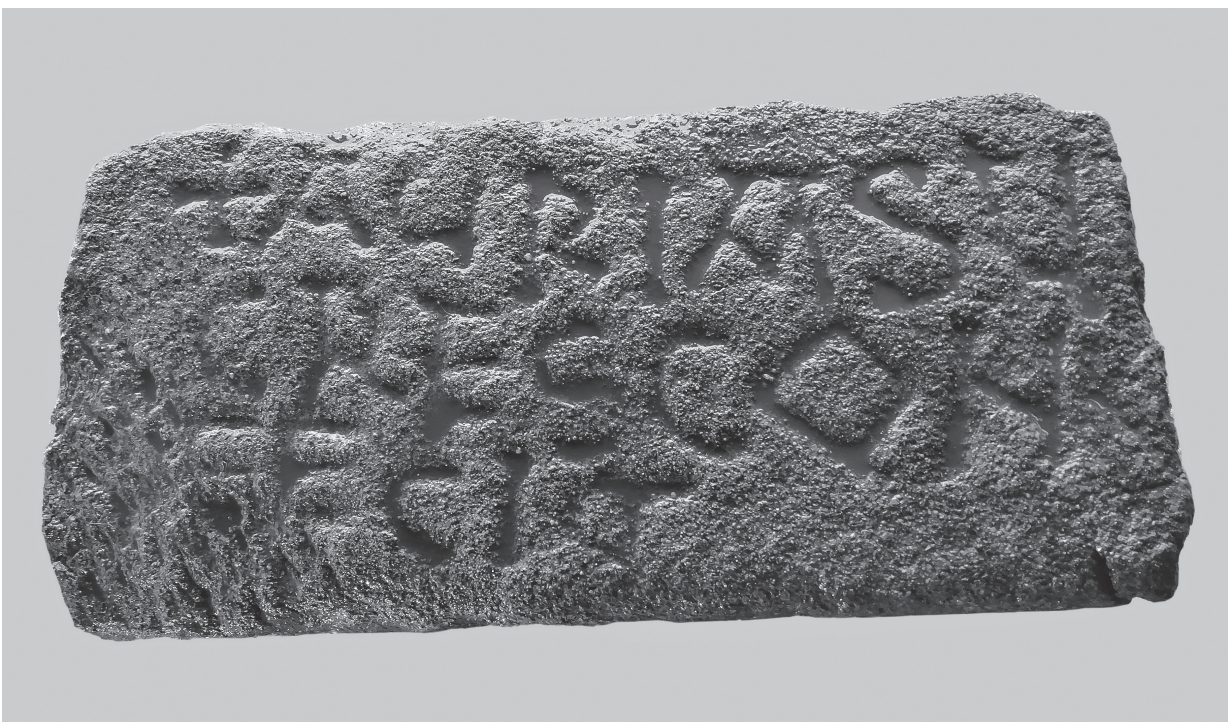


**Fig. 8:** Capela de S. Martinho do Banho, nas termas de S. Pedro do Sul (cl. MLR)





**Fig. 9:** Silhar romano reutilizado, com decoração pre-românica em espinha, da primitiva igreja de Figueiredo das Donas (cl. MLR)



**Fig. 10:** Inscrição fundacional da igreja de Figueiredo das Donas, datável da 2ª metade do séc. XI (cl. MLR)





**Fig. 11:** Escavação da muralha da Alcáçova de Coimbra (Catarino, 2005: 214, fig.5)



**Fig. 12:** Ajimez do castelo de Soure (cl. PAF)





**Fig. 13:** Ombreira de fresta pre-românica, aparecida junto à antiga igreja de S. Pedro de Coimbra (cl. MLR)



**Fig. 14:** Pormenor do fragmento de friso reaproveitado no muro N da alcáçova de Coimbra (cl. MLR)





**Fig. 15:** Detalhe do cibório de Santo Eucládio in Classe, hoje em Santo Apolinário, de Ravena (Bovini, 1977: 151)



**Fig. 16:** Elemento de ajimez reaproveitado no castelo de Soure (cl. José Monteiro)



**Fig. 17:** Provável jamba do pórtico da primitiva igreja de Abiul (cl. MLR)



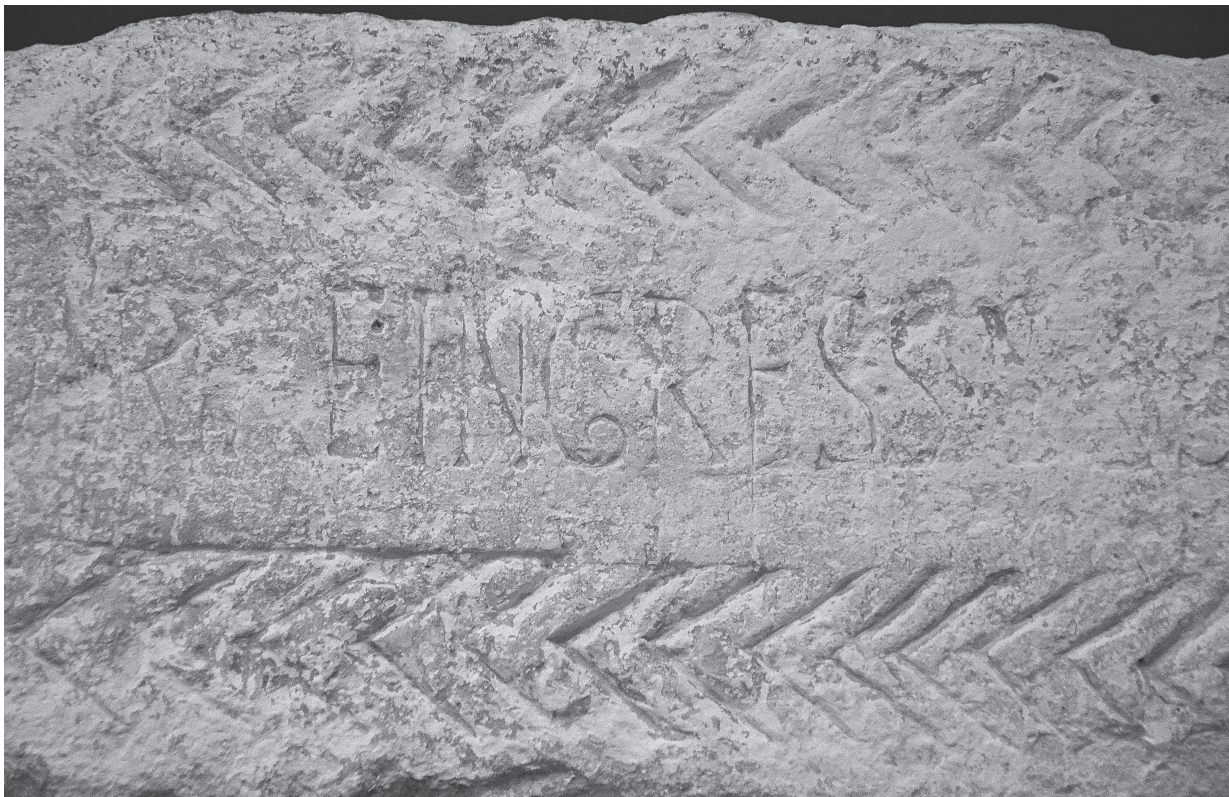


**Fig. 18:** Inscrição da Sé Velha de Coimbra, datável do séc. IX (Coelho, 2005: 16)



**Fig. 19:** Inscrição de S<sup>a</sup> Maria de Montemor-o-Velho, fundada pelo conde "Ermenegildo" (cl. MLR)





**Fig. 20:** Pormenor da mesa do altar de Sª Maria de Naranco, vendo-se o típico G, além dos canónicos E, I, N, R e S (cl. PAF)



**Fig. 21:** Pormenores de uma das lápides de San Martín de Salas, que mostra as típicas técnicas de *ordinatio* e gravação, além do método de inclusão dos nexos e inclusões de letras (adaptado de Arias, 1998: 69).





**Fig. 22:** Capitel de S. Salvador de Priesca, com acantos esguios e nervuras em aspa, cuja estilização parece ter inspirado o exemplar de Coimbra (Castro Valdés, 1995: fig. 288)



**Fig. 23:** Fragmento ornamental de San Xés de Francelos, com um encordoado tríplice, como se vê no pequeno capitel de Coimbra (Rodríguez-Seara, 1985: lám. XXI)



**Fig. 24:** Pequeno capitel de influência asturiana incorporado no MNMC (cl. MLR)